

Deloitte.

ABANC



Audit • Tax • Consulting • Corporate Finance •

Conteúdos

Promover a Banca angolana com um projecto sólido e credível	2
Sistema financeiro angolano: Breve retrospectiva	4
Lei das instituições financeiras	6
BVDA: Um passo em frente no desenvolvimento do mercado	10
Kwanza sob o signo da estabilidade	14
Sistema de Pagamentos de Angola em tempo real!	16
EMIS: Massificar o pagamento electrónico em Angola	20
Instituições bancárias em Angola: Que estratégias? Que crescimento?	24
Estudo Banca em Análise Angola 2006	33

Ficha Técnica

Propriedade

Deloitte
Rua Engº Costa Serrão, nº 13 • Luanda • Angola
Tel: (+244) 222 391 808 • Fax: (+244) 222 391 972
angola-geral@deloitte.pt

Apoio Institucional

ABANC - Associação Angolana de Bancos
Rua Dr. Alfredo Troni, nº 79 - 15º andar do BPC
Caixa Postal nº 1847 • Luanda • Angola
Telefax: (+244) 222 3999 474
abanc.angola@netangola.com

Concepção, redacção, edição, produção gráfica e pré-impressão

Editando - Edição e Comunicação Lda.
Rua Joaquim Bonifácio, nº21 - 5º • 1150-195 Lisboa • Portugal
Tel: (+351) 213 584 460 • Fax: (+351) 213 584 461
editando@editando.pt

Impressão

IDG - Imagem Digital Gráfica, Lda.

Apresentação

Banca em Análise Angola 2006

A publicação Banca em Análise - Angola é resultado de uma associação entre a ABANC - Associação Angolana de Bancos e a Deloitte Angola e pretende atender à procura de informação de qualidade e actualizada do sector bancário Angolano, inserido no contexto internacional.

Esta iniciativa terá carácter anual e está alinhada com os objectivos da ABANC de promover o desenvolvimento da Banca Angolana. Tem uma abrangência inédita porque resulta de um grande esforço analítico que envolveu a compilação de informações financeiras de mais de mil (1000) bancos de várias economias, além da de Angola, entre as quais a da África do Sul, Brasil, Portugal e EUA, aqui apresentadas para efeito de referência e comparação.

Desta forma, esperamos contribuir para um melhor conhecimento da Banca Angolana, fornecendo bases aos gestores, investidores e governantes para a tomada de decisão e elementos de análise aos estudantes e pesquisadores.

Agradecemos o apoio dos membros e da Direcção da ABANC pelo suporte ao projecto, aos membros da equipa da ABANC e da Deloitte Angola pela elaboração do trabalho técnico, à EDITANDO pela qualidade da publicação e à FACIDE - Fórum Angolano para o Conhecimento Competitivo, Inovação e Desenvolvimento pelo profissionalismo nas acções de lançamento do estudo.

Dr. Paixão Júnior

Presidente da Direcção

ABANC - Associação Angolana de Bancos



12 de Outubro de 2006

Promover a Banca Angolana com um projecto sólido e credível

Banca em Análise - Angola 2006 é uma marca registada da Deloitte Angola, com o apoio institucional da ABANC - Associação Angolana de Bancos, que com ela pretendem contribuir para um maior conhecimento e para uma acentuada credibilização do sistema financeiro angolano.

Para o efeito, criámos o estudo, uma publicação e um evento abertos à participação da sociedade angolana em geral e das instituições financeiras em particular.

Na publicação que edita o estudo por nós realizado, o leitor vai encontrar anualmente matérias de interesse vário mas sempre focalizadas na caracterização e no desenvolvimento da legislação, dos métodos e dos intervenientes que em Angola fazem da banca um sector moderno, atractivo e, naturalmente, lucrativo.

Nesta edição fazemos uma caracterização do sistema financeiro angolano, apresentamos a Lei das Instituições Financeiras e o seu impacto na modernização do sistema e das próprias entidades, apontamos os desafios e as oportunidades que a criação da Bolsa de Valores traz consigo. Sistematizamos a política monetária angolana e as suas consequências para o Kwanza e para a economia.

São também abordados o Sistema de Pagamentos de Angola, a criação do SPTR, e a criação e funcionamento da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços. Pedro Puna, presidente do Conselho de Administração da empresa, afirma na entrevista que concedeu a esta edição que "Os movimentos na Rede Multicaixa estão a crescer a uma taxa de 8,5% ao mês, devendo atingir um milhão de transacções/mês antes do final de 2006".

Terminamos com uma abordagem directa aos responsáveis dos bancos que operam em Angola, perguntando-lhes que estratégias vão seguir no futuro, que crescimento querem registar, que sistema financeiro gostariam de ver consolidado em Angola. Dos doze bancos que trabalham activamente em Angola, responderam nove.

No próximo ano cá estaremos de novo. De forma inovadora e seguramente credível!
A todos os que connosco colaboraram, muito obrigado.

Pedro Barreto
Managing Partner da Deloitte Angola

Uma promessa de qualidade.

Deloitte.

Luanda

Rua Engº Costa Serrão, nº 13
Luanda
República de Angola
Tel: +(244) 22 391 808
Fax: +(244) 22 391 972
angola-geral@deloitte.pt

Lisboa

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal
Tel: +(351) 210 422 500
Fax: +(351) 210 422 950

Porto

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal
Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650

www.deloitte.pt

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

© 2006 Deloitte
All rights reserved.

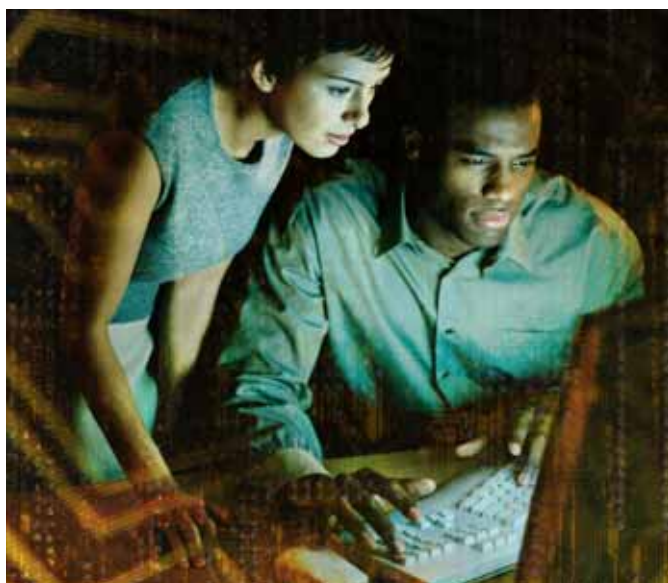
Audit . Tax . Consulting . Corporate Finance .

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Entity, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em aproximadamente 150 países. Como Swiss Entity não possui, nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro, qualquer responsabilidade legal ou solidária pelas actas ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Sistema financeiro angolano

Breve retrospectiva

30 anos separam o sistema bancário angolano nacionalizado da década de 70, do actual sistema financeiro liberalizado, moderno e cada vez mais atractivo ao investimento de capital estrangeiro.



Da independência aos anos 80

Em 1975, data da independência nacional, Angola tinha um sistema bancário bem desenvolvido, com oito bancos estrangeiros e 12 companhias de seguros também estrangeiras a operar no país. Com a nacionalização da banca e dos seguros, ainda em 1975, o sistema bancário ficou reduzido a dois bancos: o Banco Nacional de Angola (BNA), que sucedeu ao Banco de Angola, e o Banco Popular de Angola (BPA), que sucedeu ao Banco Comercial de Angola S.A.R.L.. Um ano depois, em 1976, a Lei da Moeda Nacional criou o Kwanza, a moeda com curso legal no país.

A partir de 1978 a actividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado, pelo que se encerraram formalmente os bancos comerciais privados, facilitando assim a extensão da rede de balcões do BNA por todo o território nacional.

Em 1981, todas as companhias seguradoras privadas foram liquidadas e os seus activos e passivos transferidos para a Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (ENSA).

Década de 90 e a liberalização da economia

Em 1990 substituiu-se o Kwanza pelo novo Kwanza, medida enquadrada no âmbito das reformas de ordem monetária e financeira que as autoridades encetaram no final dos anos oitenta.

Em 1991, o Governo aprovou nova legislação que instituiu um sistema bancário de dois níveis e que terminou com o monopólio do Estado no sector financeiro. Entre a legislação aprovada salienta-se a Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola, que institucionalizou o BNA como banco central, autoridade monetária e agente da autoridade cambial, enquanto a Lei das Instituições Financeiras estabeleceu o exercício de funções de crédito e a constituição de outras instituições não monetárias, assegurando a abertura do sistema a instituições de capitais privados, nacionais e estrangeiros.

Em 1992 estabeleceram-se as primeiras sucursais de bancos estrangeiros, nomeadamente o Banco Totta e Açores (BTA), o Banco de Fomento Exterior (BFE) e o Banco Português do Atlântico (BPA).

Mas o sistema financeiro não podia estar dissociado da evolução e transformações que a economia e a sociedade angolana viviam neste período. A abertura da economia ao sistema de mercado e a liberalização do sector obrigou, por isso, a alterações profundas na filosofia funcional do BNA. Com a aprovação da nova Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola e da Lei Cambial, ambas de 1997, o BNA ficou dotado de maior responsabilidade e autonomia em matéria monetária e cambial e delegou nos bancos comerciais e nas casas de câmbio competência para licenciarem e executarem um conjunto de operações de invisíveis correntes em divisas.

Em Abril de 1999 foi publicada, e entrou em vigor, uma nova Lei das Instituições Financeiras (Lei 1/99, de 23 de Abril), diploma que veio regular os princípios fundamentais do sistema financeiro angolano. O exercício da actividade de seguro e resseguro como actividade financeira foi também liberalizado em 1999, quebrando-se assim a tradição do monopólio do Estado no sector, através da ENSA. A criação da Seguradora AAA, essencialmente de capitais públicos, iniciou o processo de partilha do mercado segurador.

Mercado actual com novos desafios

Os primeiros anos do século XXI marcam o início do Sistema de Pagamentos de Angola, crucial para a bancarização da economia e para a eficiência do sector financeiro.



UM BANCO FORTE ÁGIL E DIFERENTE



BANCO KEVE

Sede Social
Av. Joaquim Kapango, 43 Y
Sumbe - K. Sul
Tel.: +244 (2362) 30 721
Tel.: +244 (2362) 30 766

Agência Central
Rua Rainha Ginga, 77
Luanda, Swift: Brdkaolu
Tel.: +244 (222) 394 100/61
Fax: +244 (222) 395 101



Em termos legislativos, destaca-se a publicação, em 2005, da nova Lei das Instituições Financeiras (Lei nº13/05, de 30 de Setembro), da Lei do Sistema de Pagamentos (Lei n.º 5/05, de 29 de Julho) e a entrada em funcionamento do Sistema de Pagamentos em Tempo Real.

No final de 2005 exerciam actividade no sistema bancário angolano, para além do BNA, 12 bancos, sendo dois deles públicos e 10 de capital privado (*Ver caixa*). O investimento tem origem, essencialmente, em capitais angolanos, portugueses e espanhóis.

No primeiro semestre deste ano foram autorizados mais três novos bancos, entre os quais o Banco de Desenvolvimento de Angola, entidade que assume os activos do extinto Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES) e que deverá estar operacional antes do final de 2006. O BNA já deu também luz verde à constituição do BVT (participado pelo Banco de Comércio da Rússia), um banco de investimento.

O empresário macaense Stanley Ho, o britânico Barclays Bank e o sul-africano Standard Bank também já manifestaram ao BNA a intenção de operarem em Angola e o mesmo se passa com o

“No final de 2005 exerciam actividade no sistema bancário angolano, para além do BNA, 12 bancos, sendo dois deles públicos e 10 de capital privado. O investimento tem origem, essencialmente, em capitais angolanos, portugueses e espanhóis.”

português Finibanco, o que é demonstrativo do crescente interesse de bancos estrangeiros pelo sector financeiro angolano. Referência ainda ao pedido de abertura do Banco Privado Atlântico, banco que envolve quadros angolanos e visa o segmento de empresas e investimentos.

O mercado financeiro angolano tem sofrido, como se pode verificar, consecutivas alterações com vista à sua modernização e adequação aos padrões financeiros internacionais. Entre as várias medidas postas em marcha para dar resposta às exigências que caracterizam a passagem para uma economia de mercado, para a liberalização e para a maior eficiência do sector, merecem destaque:

- A criação das Obrigações do Tesouro (OT) e dos Bilhetes do Tesouro (BT) que, paralelamente aos Títulos do Banco Central (TBC) constituem instrumentos de financiamento do Estado de forma não inflacionista e, simultaneamente, de regulação da liquidez do sistema financeiro através de operações de mercado aberto por parte do Banco Central;
- A criação do Sistema de Pagamentos (SPA), que se espera esteja em efectivo funcionamento até ao fim de 2006. Neste domínio, entre várias iniciativas, destacam-se a criação, em 2001, da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) - empresa responsável pela prestação de serviços electrónicos de compensação das transacções processadas na rede electrónica de pagamentos e a entrada em funcionamento, no final de 2005, do Sistema de Pagamentos em Tempo Real;
- A dinamização legislativa referente aos mercados monetário e cambial levada a cabo a partir de 2003 e que regulamenta as operações com Títulos e Obrigações do Tesouro, permitindo ao mercado bancário e à economia maiores facilidades na realização das suas operações;
- A criação do quadro legal específico para instituições financeiras não bancárias e, paralelamente, em fase de preparação a abertura da Bolsa de Valores de Luanda, formalmente constituída em Março e que deverá iniciar a sua actividade antes do final de 2006. Como banco central, o BNA continua a sua missão estratégica de catalisador do desenvolvimento do país, assegurando a preservação do valor da moeda nacional e estabelecendo a aplicação de um quadro legal de estruturação, organização, funcionamento e fiscalização do sistema financeiro que permita o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do mercado de capitais angolano.



Seguros e Pensões



Seguro de Vida (Individual, Grupo) • Seguro de Anuidade Variável Diferida
Seguro de Acidentes de Trabalho • Seguro de Acidentes Pessoais • Seguro de Viagem • Seguro de Funeral
Seguro de Automóvel • Seguro de Responsabilidade Civil (Geral, Produto, Exploração)
Seguro Multi-riscos (Habitação, Empresa) • Seguro de Construção
Seguros de Engenharia (Construção e Montagem, Avaria de Máquinas e Equipamento Electrónico)
Seguro Marítimo Cascos • Seguro de Transporte de Mercadorias • Seguro de Embarcações de Recreio

Planos de Benefício Definido • Planos de Contribuição Definida
Fundos de Pensões Fechados • Fundos de Pensões Abertos
Fundo de Pensões AAA • Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia • Fundo de Pensões Longa Vida



Protecção Financeira para pessoas, bens e rendimentos

Rua Lenine, 58
Telefones: 222-691200 - 222-691331 - 222-691332
Fax: 222-691342
Luanda - República de Angola

Lei das Instituições Financeiras

A Lei nº13/05, de 30 de Setembro, é decisiva para a construção de um moderno sistema financeiro em Angola, onde só 6,5% da população utiliza os bancos para as suas transacções financeiras.

O novo quadro legal que rege o sector financeiro, quando completamente regulamentado, vai proporcionar o aparecimento de novos actores, produtos e instrumentos financeiros, criando um verdadeiro e moderno mercado financeiro em Angola. A entrada de novos actores e instrumentos vai inevitavelmente aumentar a concorrência na oferta de produtos e serviços financeiros, baixando os custos e os preços praticados no mercado e aumentando a taxa de bancarização da população, contribuindo inegavelmente para a redução do peso do mercado informal na economia. É também uma peça essencial para a emergência e desenvolvimento do mercado de capitais, cujo arranque está anunciado para Outubro deste ano, com a entrada em funcionamento da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA), instrumento que cria formas alternativas de financiamento às empresas e que, concomitantemente, também contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento da economia angolana.

A criação do Organismo de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários, uma das novidades introduzidas pelo diploma, era aguardada pelo mercado com expectativa, que se mantém, de algum modo, uma vez que ainda falta publicar o pacote legislativo que irá regulamentar o objecto e âmbito da actividade a desenvolver pelas sociedades financeiras não bancárias que ficam sob a supervisão do Organismo. Em Abril deste ano, por Despacho do Ministro das Finanças, foi nomeado o Conselho Consultivo da Comissão de Mercados de Capitais e estabelecido o prazo de 120 dias para que a Comissão propusesse ao Ministério das Finanças os ante-projectos dos diplomas legais, prazo esse que terminou em Agosto.

A par das regras destinadas às instituições de crédito (banca), às cooperativas de crédito e às casas de câmbio (os únicos tipos de instituições financeiras bancárias e não bancárias que já actuavam no mercado angolano sob supervisão do BNA), a Lei nº13/05, de 30 de Setembro vem também promover a actividade de novos tipos de sociedades financeiras não bancárias (ver caixa), as quais permitirão a oferta de produtos e serviços financeiros, tanto de curto e médio prazo como de financiamento ao investimento, essenciais para a dinamização da economia, nomeadamente pela via do aumento das alternativas do financiamento às empresas e do crédito ao consumo de bens e serviços por parte dos particulares.

Em linhas gerais, destaque também para os normativos que visam o rigor e a transparência na actividade desenvolvida pelos vários actores (banca e sociedades financeiras) e a protecção e salvaguarda dos consumidores, afinal os utilizadores do sistema.



BNA com poderes reforçados

De acordo com a Lei, compete ao Banco Nacional de Angola autorizar a constituição de instituições de crédito e sociedades financeiras, salvo nos casos em que o capital subscrito por accionistas não residentes é superior a 20% do capital social, situação em que a autorização compete ao Conselho de Ministros, após parecer do Banco Central. Em qualquer dos casos, compete ao Banco Nacional de Angola acompanhar a actividade das instituições autorizadas a operar no mercado financeiro angolano, vigiar o cumprimento das normas que disciplinam a actividade, emitir recomendações para que sejam sanadas as irregularidades detectadas, sancionar as infracções praticadas e tomar providências extraordinárias de saneamento.

No que respeita à actividade de supervisão, destaque para o artigo 83º, que veio obrigar as instituições financeiras a prestar ao organismo supervisor competente (BNA e/ou Comissão de Mercados de Valores Mobiliários) e "no prazo por estes determinado, as informações necessárias à verificação do seu grau de liquidez e solvabilidade, dos riscos em que incorrem, do cumprimento das normas legais e regulamentares da sua organização administrativa e da eficácia dos seus controlos internos, assim como dos seus

processos de segurança e controlo no domínio informático". As instituições deverão também facultar ao organismo de supervisão competente "a inspecção dos seus estabelecimentos e o exame da escrita no local, assim como todos os outros elementos que o Organismo de Supervisão competente considere relevantes para a verificação" das informações prestadas. Poderão também "extrair cópias e translados de toda a documentação pertinente devendo ser sempre elaborada acta de que conste a documentação copiada ou transladada, a ser assinada pelo representante do Organismo de Supervisão competente e da instituição em causa".

Os accionistas de instituições financeiras que "detenham participações qualificadas no capital de instituições financeiras são obrigadas a fornecer ao Organismo de Supervisão competente todos os elementos ou informações que o mesmo considere relevantes para supervisão da instituição em que participam". O objectivo geral é pois o de "assegurar a estabilidade e a solidez do sistema financeiro, a eficiência do seu funcionamento, a segurança dos depósitos e dos depositantes e a protecção dos consumidores de serviços financeiros".

Há ainda uma alteração importante a assinalar no que respeita à área da supervisão, a que diz respeito às auditorias externas às instituições financeiras, que passaram a ser anuais (em vez de 2 em 2 anos) e realizadas por uma empresa de auditoria legalizada e estabelecida em Angola nos termos da Lei n.º 3/01, de 23 de Março. Além disso, "a empresa de auditoria externa contratada pela instituição financeira não pode exercer as referidas funções por um período superior a quatro anos, findo os quais, só pode vir a ser novamente seleccionada na referida instituição financeira decorrido igual período". Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos e os respectivos resultados devem ser reportados ao Organismo de Supervisão, nomeadamente todos os que respeitem "a infracções às normas legais e regulamentares detectadas e os factos que possam afectar a continuidade da actividade da instituição ou que sejam motivo para emissão de reservas ou limitações no parecer da auditoria".

A intervenção do Banco Nacional de Angola no processo de autorização de novas instituições de crédito e sociedades financeiras assume uma importância fundamental pois é determinante para impedir a entrada de instituições que, por razões diversas, possam vir a gerar instabilidade no mercado e no próprio sistema financeiro. De acordo com o BNA, os requisitos de autorização podem ser incluídos em três grandes grupos, os quais procuram salvaguardar objectivos diferentes, embora relacionados entre si, de carácter prudencial:

- Idoneidade, experiência e capacidade profissionais dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da instituição, por contribuir para o aumento do grau de eficiência da globalidade do sistema, bem como para a manutenção da confiança dos depositantes e de outros consumidores de serviços financeiros;
- Viabilidade do plano de actividades, por estar ligada à obtenção de níveis de rentabilidade que assegurem, a longo prazo, a solvabilidade da instituição;
- Existência de meios técnicos e financeiros que permitam uma adequada gestão e controlo dos riscos subjacentes às actividades financeiras, que, por oferecerem uma base mínima de protecção dos interesses dos credores, contribuem para a prevenção dos efeitos de contágio e dos riscos sistémicos.

3 organismos de supervisão

A nova Lei das Instituições Financeiras estipula a existência de três organismos de supervisão, entidades que superintendem e exercem a supervisão, a fiscalização e o controlo dentro de sistema financeiro: o Banco Nacional de Angola, entidade que supervisiona a área da moeda e crédito; o Instituto de Supervisão de Seguros, que tem sob sua alçada a área dos seguros e da previdência social; e o Organismo de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários, que tem sob supervisão o mercado de capitais e investimento.

Instituições sob jurisdição do Banco Nacional de Angola

- Instituições financeiras bancárias (os bancos em geral)
- Instituições financeiras não bancárias ligadas à moeda e crédito, designadamente:

Casas de câmbio;
Sociedades cooperativas de crédito;
Sociedades de cessão financeira;
Sociedades de locação financeira;
Sociedades mediadoras dos mercados monetário ou de câmbios;
Sociedades de microcrédito;
Sociedades prestadoras de serviço de pagamento;
As sociedades operadoras de sistemas de pagamentos, compensação ou câmara de compensação, nos termos da Lei do Sistema de Pagamentos de Angola;
Outras sociedades que sejam como tal qualificadas por lei.

Instituições sob jurisdição do Organismo de Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e ao investimento, designadamente:

Sociedades corretoras de valores mobiliários;
Sociedades de capital de risco;
Sociedades distribuidoras de valores mobiliários;
Sociedades gestoras de participações sociais;
Sociedades de investimento;
Sociedades gestoras de patrimónios;
Sociedades gestoras de fundos de investimento;
Sociedades gestoras de fundos de titularização;
Sociedades de gestão e investimento imobiliário;
Sociedades operadoras de sistemas ou câmaras de liquidação e compensação de valores mobiliários com observância da Lei do Sistema de Pagamentos de Angola;
Outras sociedades que sejam como tal qualificadas por lei.

Instituições sujeitas à jurisdição do Instituto de Supervisão de Seguros de Angola

Instituições financeiras não bancárias ligadas a actividade seguradora e previdência social, designadamente:

Sociedades seguradoras e resseguradoras;
Os fundos de pensões e suas sociedades gestoras;
Outras sociedades que sejam como tal qualificadas por lei.



BVDA

Um passo em frente no desenvolvimento do mercado

A Bolsa de Valores e Derivados de Angola deverá entrar em funcionamento até ao final do ano. Os impactos do mercado de capitais no desenvolvimento económico do país vão reflectir-se a vários níveis.

Fruto da estabilidade e das perspectivas de desenvolvimento económico do país, a Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA) foi formalmente criada a 16 de Março deste ano, por 27 subscritores e com o montante de 16 milhões de USD para a sua constituição. O Estado angolano é o seu principal accionista (controlando cerca de 43% do capital), através de participadas como a Sonangol, a ENSA, a Endiama ou o FDES, entre outras. Mas na lista de accionistas encontram-se também bancos (que detém 20% do capital inicial) e empresas, como o Grupo António Mosquito, Sistec e Chicoil.

A futura Bolsa de Valores deverá começar a funcionar no último trimestre de 2006 e deverão ser cotadas, numa fase inicial, cerca de uma dezena de empresas, embora as previsões dos responsáveis para os próximos cinco anos apontem para mais de 40 títulos cotados.

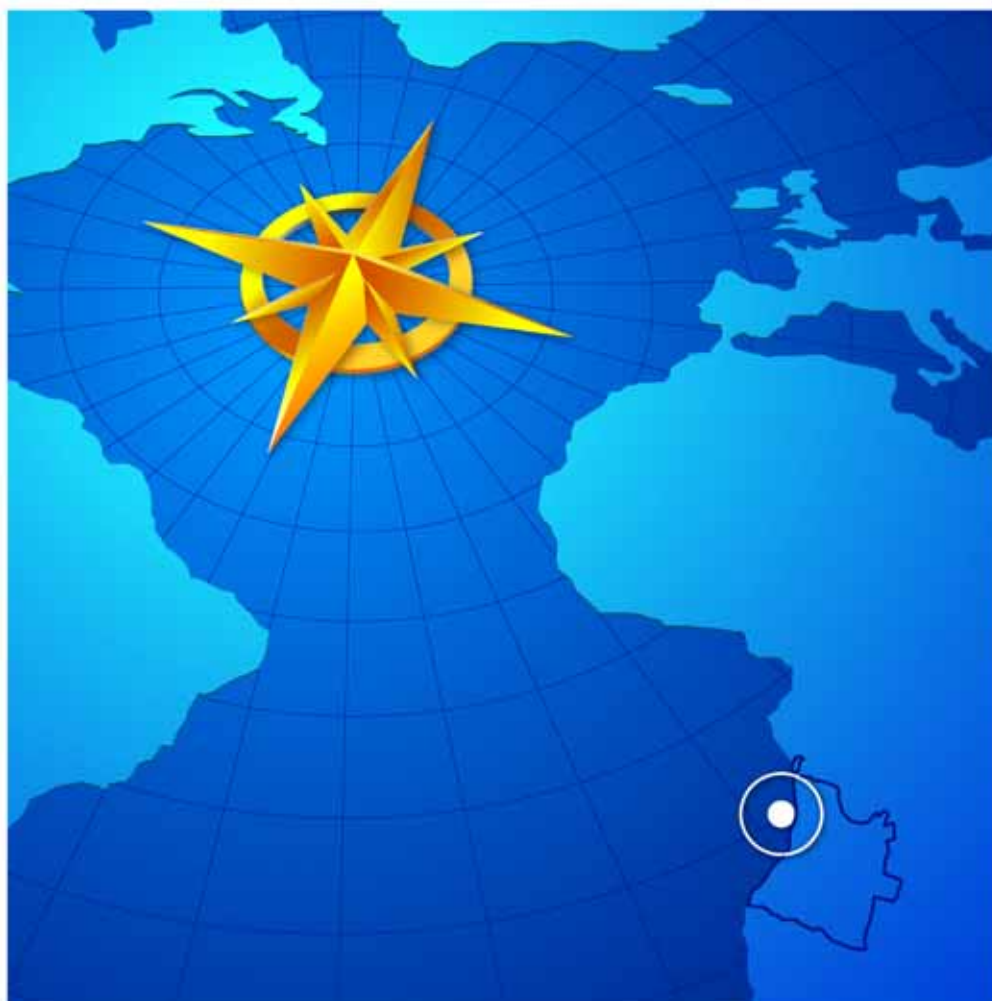
Além de accionistas, as principais instituições bancárias já demonstraram o interesse em dispersar parte do seu capital social logo na abertura da nova praça financeira africana e prepararam-se para intervir nas áreas de corretagem, negociação, avaliação de empresas, *Initial Public Offer*, participações em operações de *corporate finance* (fusões, aquisições, ...).

Banco Totta de Angola

totta

Um Banco Local. Um Grupo Global.

Benguela | Cabinda | Lobito | Luanda | Lubango



O **totta** está presente em Luanda, Benguela, Lobito, Lubango e Cabinda, contribuindo para o crescimento económico de Angola.

SEDE: Av. 4 de Fevereiro, 99 - Luanda
Tel: 222 670 800 - Fax: 222 333 233
totta.ang@ebonet.net

“À semelhança dos bancos, várias empresas, públicas e privadas, anunciaram que estão a ponderar a admissão à cotação de parte do seu capital.”

Para além dos impactos que a constituição de um mercado de capitais terá no desenvolvimento do sistema financeiro angolano, os seus efeitos sentir-se-ão em vários domínios da economia do país, desde logo pela canalização de poupanças (recursos financeiros) da sociedade para o comércio, a indústria e outras actividades económicas, na atracção do investimento estrangeiro e na promoção de maior liquidez para o investimento.

À semelhança dos bancos, também várias empresas, públicas e privadas, anunciaram que estão a ponderar a admissão à cotação de parte do seu capital social, o que terá repercussões evidentes ao nível do desenvolvimento e fortalecimento do sector privado nacional. Empresas de direito angolano e de capital estrangeiro estão na 'linha da frente', mas são as empresas públicas que estão a gerar um maior entusiasmo, uma vez que as autoridades angolanas anunciaram a sua intenção de utilizar o mercado de capitais para acelerar as privatizações.

“A Bolsa de Valores vai ser uma oportunidade única e incomparável para o Governo dispersar pelos angolanos e outros investidores o capital de empresas do Estado. É uma melhor forma de obter financiamento e é mais transparente, apesar das *golden shares* e instrumentos afins que se possam emitir. É uma forma de fazer os angolanos participarem na recuperação económica do país”, defendeu António Cruz Lima, presidente da Comissão do Mercado de Capitais, em Março, numa entrevista a um jornal português. Assim, é esperada a privatização de participadas do Grupo Sonangol, de cimenteiras e de empresas do sector de bebidas. Da lista de entidades públicas a alienar poderão ainda constar algumas surpresas. “Precisamos de reconstruir o país e isso não se faz com as mesmas 50 empresas de sempre”, afirmou então António Cruz Lima. Sobre a possível privatização da TAAG - Linhas Aéreas de Angola, assim como de outras empresas, o responsável pela criação do mercado de capitais foi mais cauteloso. É que a participação das empresas na Bolsa de Valores obriga à utilização de práticas contabilísticas reconhecidas internacionalmente e a uma gestão transparente (entre os requisitos que as empresas terão que cumprir para serem cotadas na bolsa salientam-se a contabilidade semestral regularizada, apresentação do histórico dos três últimos anos e todas as suas contas auditadas), requisitos que a maior parte das empresas ainda não está apta a cumprir.

A participação de empresas angolanas oriundas de sectores que ainda são controlados pelo Estado no mercado de capitais poderá acelerar a participação dos privados em sectores estratégicos,

aumentando, assim, a concorrência em sectores como as telecomunicações, os caminhos-de-ferro, os cimentos ou a aviação civil.

Nova dinâmica económica

Não é, por isso, difícil concluir que a criação de um mercado de capitais irá provocar uma nova dinâmica na economia nacional, cujos impactos vão reflectir-se também a nível regional. “A abertura da BVDA poderá influenciar a estratégia económica da região e do Continente”, afirmou José Eduardo dos Santos no início de Março, por ocasião de um fórum sobre o mercado de capitais que se realizou na cidade de Luanda. O presidente angolano recordou então que dos 53 países do continente africano apenas doze possuem Bolsas de Valores, entre as quais se destacam a bolsa argelina e a sul africana. O ritmo de crescimento do país poderá impulsionar a dinâmica e o desenvolvimento da futura instituição angolana, mas os analistas deixam um alerta: é preciso não esquecer que o sucesso do mercado de capitais do país, à semelhança do que acontece em qualquer praça financeira, vai depender, em grande medida, da transparência dos balanços financeiros das empresas e do sistema de regulação do mercado. Se as informações fornecidas pelas empresas se mostrarem pouco fiáveis e os sistemas de fiscalização se configurarem ineficientes, então, a garantia de seriedade dos investidores estará comprometida e o mercado perderá peso.

Comissão de Mercado de Capitais

Entidade de direito angolano, dotada de autonomia administrativa e financeira, criada pelo Decreto 9/05, de 18 de Março de 2005, que visa, entre outras missões, a promoção do mercado de capitais (com relevo para a criação da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA) e do Instituto de Formação do Mercado de Capitais (IFMC), bem como a regulação, a supervisão e a fiscalização do mercado e de todos os seus agentes.

Os impactos da BVDA

- Modernização e credibilização do sector financeiro angolano;
- Desenvolvimento de actividades associadas à corretagem, negociação, avaliação de empresas, participações em operações de *corporate finance*, entre outras;
- Atracção do investimento estrangeiro;
- Maior liquidez no investimento;
- Maior rapidez no processo de privatizações;
- Desenvolvimento do sector privado nacional;
- Canalização de recursos financeiros para o desenvolvimento do país;
- Aumento da concorrência em sectores estratégicos;
- Maior dinamismo nas economias nacional e regionais.



**Ninguém conhece melhor
o seu Ford do que a Ford.**



Rua Major Kanhangulo, 72 - P.O.BOX 1210 C Luanda
Tel: (244) 222.331.640 | Fax: (244) 222 331 646
Lobito: (244) 272 222 698 | Fax: (244) 272 232 943
E-mail: rhudson@netangola.com

Política Monetária

Kwanza sob o signo da estabilidade

Pela primeira vez, desde 1991, em 2005 a moeda nacional, o Kwanza (Kz), registou uma valorização face ao Dólar (USD).

Dois factores foram determinantes para a apreciação da moeda angolana: uma conjuntura favorável e a habilidade na condução da política monetária por parte das autoridades centrais.

A economia tem dado sinais de estar a caminhar na direcção certa, com o Produto Interno Bruto em crescimento acelerado, induzido, sobretudo, pelo aumento da produção do petróleo e pela subida do seu preço nos mercados internacionais, mas também pelo aumento, ainda que a um ritmo bastante inferior, da actividade nos outros sectores da economia, como na construção civil e obras públicas. Neste contexto, importa salientar tanto o aumento dos investimentos públicos em infra-estruturas e direccionados para a melhoria das condições sócio-económicas, como o crescimento do investimento privado, nacional e estrangeiro, na implementação de novas empresas nos sectores da agricultura, indústria e serviços. O incremento significativo das reservas cambiais contribuíram, também, para a apreciação e estabilidade do Kwanza. Em 2002, o montante registado foi de 301 milhões de USD, passando para 623 milhões no ano seguinte. Já em 2004 ultrapassaram, pela primeira vez, o bilião de USD, situando-se nos 1,3 biliões. Hoje, as reservas cambiais são superiores a cinco biliões de USD, uma cifra nunca antes alcançada pela economia angolana. De acordo com o Governador do Banco Nacional de Angola, Amadeu de Jesus Maurício, as reservas devem ascender a 11.6 mil milhões de USD em 2007, um aumento de 6.6 mil milhões em relação ao montante actual.

A redução significativa da taxa de inflação é outra das metas alcançadas pelo Executivo angolano, muito em virtude da estabilidade cambial da moeda, estando a cotação USD/Kz a

manter-se desde Janeiro na casa dos 80.35. No final de 2005, a inflação anual rondou os 18,5%, apenas 3,5 pontos percentuais acima da meta estabelecida pelo Executivo angolano. Durante o primeiro semestre deste ano, a taxa de inflação continuou a registar uma trajectória descendente, com a inflação homóloga em Junho a situar-se em 12,9%. Para alguns analistas é muito provável que a taxa de inflação termine o ano no nível traçado pelo Governo, 10%, se não mesmo num nível inferior.

Maior participação dos agentes económicos

A estabilidade da moeda não é alheia a algumas intervenções do Banco Nacional de Angola. Em 2004 o Banco Central concentrou a sua atenção na reestruturação da área operacional de mercados. A extensão ao sistema bancário do sistema electrónico de gestão de mercados (GEMA) tornou possível a realização das operações com títulos e o acesso à informação de mercado pelos bancos, por via electrónica, o que veio dar novo impulso ao desenvolvimento do mercado monetário e melhorar a monitorização das operações por parte do Banco Central. Simultaneamente, foi incentivado o estreitamento da relação institucional entre o Banco Nacional de Angola e o Tesouro Nacional, ao nível da concertação dos objectivos de políticas fiscal e monetária, a qual visava sobretudo o controlo da liquidez e a estabilidade do poder de compra da moeda nacional. De acordo com o relatório anual elaborado pelo Departamento de Mercados de Activos, do Banco Nacional de Angola, o exercício de 2004 caracterizou-se pelo "crescimento significativo do volume de negócios do mercado de títulos, quer ao nível das operações do mercado primário quer ao nível das operações do mercado secundário, com realce para as operações interbancárias de troca de liquidez e para as operações de venda de títulos ao público". Em 2005, destacaram-se as operações de mercado aberto, através da compra e venda de títulos da dívida pública pelo Banco Central, sendo este, uma vez mais, um dos principais instrumentos de ajuste da liquidez geral do sistema.





De acordo com o BNA, a estreita coordenação da regulação monetária fez com que a base monetária registasse um crescimento de cerca de 35%, com uma variação homóloga negativa superior a 20% (em 2004 rondou os 56%). Em comparação com o ano anterior, a emissão de títulos aumentou mais de cinco vezes, tendo, ainda segundo a mesma fonte, alcançado, em 2005, o valor aproximado de 1.100 milhões de Kz. Os encargos financeiros foram igualmente superiores, representando cerca de 13% do volume de emissões, registando-se uma redução dos custos de emissão, por via da redução gradual das taxas de juro nominais no mercado primário de títulos.

De referir ainda que o crescimento das operações com títulos públicos em moeda nacional foi influenciado tanto pela estabilidade cambial como pela redução significativa dos níveis de inflação. Atendendo à evolução registada durante o primeiro semestre de 2006, estes factores deverão continuar, no futuro, a encorajar uma maior participação dos agentes económicos no mercado de títulos. No final de 2005, o Governador do BNA estabeleceu os objectivos para o corrente ano: "melhorar as acções de informação financeira e de interesse público sobre o mercado de títulos, assim como a gestão das rotinas operacionais relacionadas com as emissões e com as operações de mercado aberto de títulos, o que se tornará possível com a modernização e adequação da sala de mercados aos padrões internacionais e o reforço em meios humanos tecnicamente mais

habilitados". Ainda segundo Amadeu de Jesus Maurício, ao longo do ano será dada particular atenção "à emissão de dívida pública directa denominada em moeda estrangeira para entidades não residentes cambiais". "Com a finalidade de melhor conciliar os objectivos de controlo da inflação com o do desenvolvimento económico e social, a fixação da taxa de juro, enquanto taxa básica do mercado monetário, passará a constituir o principal instrumento de controlo da liquidez na economia".

Impactos reais

São por demais conhecidos os perigos que uma moeda forte pode provocar em economias em desenvolvimento. Por norma, a valorização da moeda tende a encarecer as exportações nacionais, tornando-as menos competitivas e poderá inclusive provocar a 'morte' prematura de indústrias nascentes, uma vez que torna mais baratas as importações. Poderá então um Kwanza forte pôr em risco o desenvolvimento económico de Angola? Dificilmente. As exportações nacionais são dominadas quase exclusivamente pelo petróleo, um produto cujas leis da procura e da oferta se regem por factores muito particulares. O maior perigo talvez resida nos impactos futuros que poderá causar no desenvolvimento da actividade e produção na indústria ou agricultura, embora actualmente a produção nacional seja praticamente inexistente e o país importe quase tudo o que consome.



Sistema de Pagamentos de Angola Em tempo real!

O arranque do sistema de pagamentos em tempo real (SPRT), em Novembro de 2005, marca o início de uma nova era no Sistema de Pagamentos de Angola.

Operado pelo Banco Nacional de Angola, o SPRT permite que as transferências interbancárias de fundos possam ser liquidadas em tempo real, com carácter definitivo, irrevogável e incondicional. Deste modo, reduzem-se os riscos de liquidação de pagamentos de grande valor, introduzindo-se, simultaneamente, uma maior eficiência no uso do dinheiro na economia como um todo.

“O SPTR é também importante para a redução do risco de crédito incorrido pelo BNA, na medida em que a efectivação de uma transferência de fundos passou a ser condicionada à existência de um saldo suficiente de recursos na conta do banco remetente, responsável pela sua liquidação”, explicou Amadeu de Jesus Maurício, governador do BNA.

Abrangendo todo o país, este sistema de pagamentos moderno e eficiente é comparável às melhores soluções internacionais de sistemas de pagamentos por bruto em tempo real, possibilitando o uso mais eficiente pelas empresas dos próprios recursos, “pois ao diminuir o tempo entre a contratação do pagamento e a sua liquidação, diminui também o tempo para que o beneficiário final tenha a disponibilidade dos fundos relativos ao pagamento na sua conta bancária. No SPTR uma transferência de fundos é creditada na conta do beneficiário final no mesmo dia da sua remessa”, de acordo com o Manual de Normas e Procedimentos do SPTR, que contém as regras de funcionamento acordadas entre o BNA e as restantes entidades que integram o sistema bancário para o funcionamento do SPTR.

Soluções de Poupança & Investimento



BPC Corporate,
os bons negócios passam por aqui.



Banco de Poupança e Crédito
O seu banco de sempre.

Ainda segundo o mesmo documento, podem ser processadas e liquidadas pelo sistema transferências interbancárias de fundos de qualquer valor. Convém, no entanto, notar que têm que ser obrigatoriamente processadas no SPTR as “transferências de fundos ou pagamentos de valor igual ou superior a 500.000,00 Kz para beneficiário final com conta noutra banco, as transações comandadas através das interfaces dos sistemas do BNA (GEMA, SCV, OPICS, Casas Fortes, Operações Gerais), os pagamentos do/para o BNA, em nome próprio ou em nome do MINFIN/Tesouro, os pagamentos interbancários (em nome próprio de um banco para outro) e os saldos de compensação do subsistema MULTICAIXA”.

Com a entrada em funcionamento do SPTR ficou cumprida mais uma etapa, por ventura uma das mais importantes, da construção de um sistema de pagamentos eficaz e seguro.

Novos desafios

Decisiva na nova arquitectura do sistema de pagamentos foi a publicação, o ano passado, da lei-quadro e sua respectiva regulamentação. A Lei nº5/05 de 29 de Julho - Lei dos Sistemas de Pagamentos, regula a gestão, o funcionamento e o controlo e acompanhamento do sistema de pagamentos. Este encontra-se assente em vários pilares: Segurança (construído com soluções adequadas para lidar com riscos típicos de sistemas de pagamentos, garantir direitos e assegurar a liquidação de obrigações e operar com infra-estrutura técnica e tecnológica apropriada); Fiabilidade Operacional (estruturado com capacidade de auto-preservação para manter a confiança do utilizador e permitir a definição aos agentes económicos no momento da disponibilidade das transferências de fundos); Eficiência (disponibilização de um serviço de pagamento, com preço justo, para atender às necessidades dos diversos sectores da economia angolana); e Transparência (estruturado com regras de funcionamento objectivas e claras divulgadas entre os agentes económicos, de forma a que os participantes e os utentes tenham a certeza de seus direitos e obrigações).

Ao banco central estão reservadas as funções de gestão, controlo e acompanhamento e a supervisão do sistema. A autoridade monetária angolana é ainda responsável pela sua regulamentação, pela elaboração e aprovação de normas que visem o seu correcto funcionamento e pela expansão e promoção do sistema de pagamentos a todo o território nacional.

Visando o desenvolvimento do SPA, novos desafios foram traçados para o corrente ano, designadamente, “a implementação de actividades de *oversight* do sistema de pagamentos, a compensação electrónica de cheques e a criação da empresa de *acquiring* para transacções com cartões de crédito, desta feita com real benefício para a economia angolana, permitindo que se efectuem pagamentos internacionais a partir de contas bancárias locais em moeda nacional e a devida arrecadação de divisas para o país, quando aqui se realizarem operações de pagamento”, enfatizou o governador do BNA no final de 2005. Assim, até ao final deste ano, de acordo com as últimas previsões, deverá estar concluída a estrutura tecnológica e empresarial que permitirá a filiação à marca VISA, bem como a sua aceitação pela rede Multicaixa gerida pela EMIS, prevendo-se a emissão dos primeiros cartões de crédito VISA, pelos bancos angolanos, já no primeiro trimestre de 2007. A partir daí tudo será mais fácil e rápido, na medida em que os desenvolvimentos feitos para a ligação à marca VISA servirão para efectivar a conexão com outras marcas, como a MASTERCARD e a AMERICAN EXPRESS, entre outras. Os efeitos na economia nacional traduzir-se-ão em ganhos de produtividade, em virtude da diminuição dos custos dos pagamentos e maior utilização de meios internacionais de pagamento.

Principais passos da construção do SPA

2000 - O BNA aprovou o Projecto Sistema de Pagamentos de Angola (SPA) - Arquitectura e Estratégia de Implementação, elaborado sob a sua liderança e em parceria com as instituições financeiras e outros agentes da economia angolana.

2001 - Foi constituída a Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), sendo os seus accionistas o BNA, com 51% do capital, e os bancos instalados em Angola à época da constituição da empresa, com 49%.

2004 - Foi criado o Sistema de Gestão de Mercado e Activos (GEMA) (*book entry system*), uma aplicação modular para o registo dos títulos de emissão do Banco Nacional de Angola e do Tesouro Nacional e das operações com esses instrumentos no mercado financeiro.

2005 - Publicação da Lei das Instituições Financeiras. Publicação da Lei Quadro do Sistema de Pagamento de Angola e respectiva regulamentação (Lei nº 5/05 de 29 de Julho). Em Novembro é criado o Sistema de Pagamento em Tempo Real (SPTR), o qual permite o processamento em tempo real, operação por operação, de transferências electrónicas de fundos interbancários. Publicação do Manual de Normas e Procedimentos do SPTR.

Definições do SPA

Definido como um conjunto estruturado de intervenientes, instrumentos de pagamento e serviços, circuitos de intercâmbio e processos operativos, normas legais e regulamentares e infra-estruturas que permitem realizar, de acordo com padrões recomendados internacionalmente, a transferência de fundos de um operador económico para outro dentro do país, atendendo também às necessidades de liquidação de transferências internacionais.

São intervenientes:

- Banco Nacional de Angola, Banco Central, enquanto agente de liquidação das instruções de pagamento;
- Prestadores de serviços de pagamento definidos como instituições de crédito, sociedades financeiras ou entidades não financeiras autorizadas, na forma regulamentada, a prestar serviço de pagamento;
- Usuários de serviços de pagamentos, isto é, todos os agentes económicos do país, entidades particulares e colectivas;
- Bancos que prestam o serviço de intermediários nos processos de liquidação de instrumentos de pagamentos;
- Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), operadora do subsistema de pagamentos de retalhos do SPA;
- Sistema de Gestão de Mercado e Activos (GEMA), que tem as funções de registo de títulos de emissão do Banco Nacional de Angola e do Tesouro Nacional e das operações com esses instrumentos no mercado financeiro;
- Câmaras de compensação e os sistemas electrónicos de compensação que integram o SPA;
- Conselho Técnico do SPA.

São Instrumentos de pagamento:

- O numerário e os documentos padronizados, de emissão física ou registo electrónico, que permitem ao usuário transferir fundos ou pagar a um beneficiário.

Fonte: Banco Nacional de Angola, site oficial

INSTITUTO DE FORMAÇÃO BANCÁRIA DE ANGOLA

O Instituto de Formação Bancária de Angola (IFBA), em conjunto com entidades públicas e privadas, é responsável pela formação dos trabalhadores das instituições de crédito angolanas, através da implementação de Sistemas de Formação pertinentes e ajustados ao crescimento do nosso sistema financeiro.

ENSINO À DISTÂNCIA

- ★ CURSO TÉCNICO MÉDIO BANCÁRIO
- ★ CURSO GERAL BANCÁRIO

FORMAÇÃO PRESENCIAL

★ FORMAÇÃO BANCÁRIA DE BASE

★ Atendimento ao Cliente ★ Cálculo Financeiro e Noções de Estatística ★ Contabilidade Bancária ★ Contabilidade Geral ★ Direito Bancário ★ Economia ★ Operações Bancárias do Estrangeiro I e II ★ Operações Bancárias Gerais I e II ★ Comunicação Oral e Escrita I, II e III ★ Secretariado e Assistente de Direcção

FORMAÇÃO BANCÁRIA INTERMÉDIA

★ Formação na Área Comercial ★ Formação em Técnicas Bancárias ★ Formação Específica de Banco Central ★ Formação em Gestão e Comportamental ★ Formação em Gerências e Gestor de Contas ★ Formação em Língua Inglesa ★ Formação em Informática e Tecnologias ★ Formação nas Áreas dos Métodos Quantitativos ★ Formação na Área Financeira ★ Formação nas Áreas de Organização e Métodos ★ Seminários.

Largo Bressano Leite, nº6-r/c • C.Postal 1358 • Luanda • Angola
Tel: [+244] 222394341/331934 • Fax: [+244] 222334066





Pedro Puna, presidente do Conselho de Administração da EMIS

EMIS - Empresa Interbancária de Serviços

Massificar o pagamento electrónico em Angola

Os movimentos na Rede MULTICAIXA estão a crescer a uma taxa de 8,5% ao mês, devendo atingir um milhão de transacções/mês no final de 2006. Para ultrapassar as dificuldades de comunicações que condicionam a expansão dos pagamentos electrónicos ao interior, a EMIS está a implementar um processo de migração para uma nova família de TPA com recursos GSM e utilização da MOVINET e do GPRS.



Em entrevista, Pedro Puna, presidente do Conselho de Administração da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, faz um balanço positivo e diz que, se tudo correr como previsto, nos primeiros meses de 2007 a rede MULTICAIXA vai estar a aceitar operações da rede VISA.

Qual o balanço de faz destes cinco anos de actividade da EMIS? Que inovações e desenvolvimentos destaca neste período?

Decorridos cinco anos de existência da EMIS e cerca de quatro de actividade da Rede MULTICAIXA, o balanço é francamente positivo. Olhando um pouco para trás, constatamos que o Sistema de Pagamentos de Angola (SPA) encontrava-se ainda numa fase de um certo torpor, onde os únicos meios de pagamento existentes eram o cheque, o *bordereau* de crédito e a Ordem de Saque para as operações do OGE. Os pagamentos electrónicos através de cartões bancários eram inexistentes e, por isso, estranhos à esmagadora maioria da população. Apesar dos ligeiros percalços registados na fase de arranque, pode dizer-se que, desde então, o País tem vindo a testemunhar uma autêntica viragem no processo de implantação e consolidação do sistema de pagamentos electrónico através da Rede MULTICAIXA, gerida pela EMIS e que interliga todos os bancos do sistema financeiro angolano.

O Cartão MULTICAIXA serviu de alavanca para a massificação do pagamento electrónico em Angola e é hoje uma realidade que se afirma e se consolida cada vez mais. Os indicadores aferidos do crescimento e da penetração deste produto no seio da população revelam-nos taxas de crescimento mensais acima dos 10%, nesta fase de desenvolvimento. Do ponto de vista do desempenho económico e financeiro da EMIS, decorridos apenas três anos de efectiva actividade, logrou atingir o *break-even* do EBIT, o que é francamente positivo, pois, pela sua natureza tecnológica, a EMIS é uma empresa instrumental, comumente designada por *cost recovery company*, cujo fim primário é a eficiência tecnológica e funcional, e não o lucro.

Quais os montantes apurados em transacções realizadas nas ATM e nos TPA em 2005 e no final do primeiro semestre de 2006? E o número de transacções efectuadas em ambos, nos mesmos períodos? Quais as previsões de crescimento a curto e médio prazo?

Em Janeiro de 2005, o volume mensal de transacções registadas na Rede MULTICAIXA foi de cerca de 160 mil. A produtividade foi crescendo todos os meses até que atingiu o pico no mês de Dezembro, em que se registaram cerca de 650 mil transacções, número que correspondeu a Kz 2.933.495.950,00, ou seja, cerca de USD 36.668,700,00 movimentados na Rede durante aquele mês. Naturalmente, Dezembro é um mês atípico. A partir de Janeiro de 2006 o movimento da Rede continuou a registar um crescimento da ordem dos 8,5 % ao mês, esperando-se que, ainda antes do final do ano, se atinja a cifra de 1 milhão de transacções por mês, prevendo-se um pico de 1,2 milhões de transacções em Dezembro. A previsão é ter uma média mensal de 1,5 milhões de transacções por mês em 2007. Em termos percentuais, a taxa de crescimento mensal registada em 2005 foi de cerca de 10%. No primeiro semestre do corrente exercício, essa taxa baixou para 8,5% e a tendência será essa, o que mesmo assim assegurará um crescimento anual superior a 100%.

Quantas ATM e TPA existem actualmente em Angola?

Neste momento a Rede MULTICAIXA possui um parque de 211 ATM's disponível nas cidades de Luanda, Cabinda, Benguela, Lobito, Catumbela, Lubango, Namibe, Sumbe, Malange, Huambo, Ndalatando, Ongiva, Caxito, Baía Farta, Kuito, Cafunfo e Soyo. No que concerne aos TPA, a Rede possui 292 terminais matriculados, estando activos somente 193 em Luanda. Por causa do défice de condições tecnológicas do País em termos de comunicações, não foi ainda possível estender o serviço dos TPA às 10 Províncias onde já funciona o serviço MULTICAIXA através dos ATM's, ou mesmo estender este às províncias do interior. Mas, acompanhando as melhorias graduais que o sector tem vindo a implementar, a Rede cobrirá prontamente o País inteiro.

Mesmo em Luanda, o serviço dos TPA não teve ainda grande expansão pelas mesmas razões. Independentemente das diligências que estão a ser empreendidas pelas Operadoras de Comunicações do País para ultrapassar as dificuldades de comunicações, a própria EMIS está a implementar um processo de migração para uma nova família de TPA com recursos GSM e, proximamente, com a utilização da MOVINET e do GPRS. As comunicações são o factor crítico para a massificação do serviço de pagamento electrónico (via TPA) em Angola e, a curto prazo, isso só será possível com recurso às redes móveis celulares. Esta acção permitirá, a breve trecho, uma rápida expansão e um crescimento exponencial deste serviço, com instalação e activação de uma maior quantidade de TPA em grande parte dos estabelecimentos comerciais de venda de produtos e serviços, nos hotéis, restaurantes e similares, em todo o País.

20% dos titulares de contas bancárias usam cartão MULTICAIXA. Quantos cartões de débito foram emitidos até ao final do primeiro semestre deste ano e quantos estão activos? Quais as previsões de crescimento?

Até ao final do primeiro semestre do ano em curso, a Rede MULTICAIXA apresentava um total de 345.000 cartões emitidos efectivos.

A quantidade de cartões activos em seis meses é da ordem dos 144.800. Note-se que a taxa de bancarização é actualmente de cerca de 6,5%, isto é, apenas 6,5% da população angolana tem conta bancária. O projecto de bancarização dos salários da Função Pública, com aproveitamento dos recursos da Rede MULTICAIXA, vai potenciar, naturalmente, o crescimento no número de titulares de cartões bancários da Rede e fará aumentar a taxa de bancarização geral. A nossa estimativa é a de que em 2010 a taxa de bancarização seja da ordem dos 15%. A taxa de penetração do cartão MULTICAIXA junto da população bancarizada com acesso à Rede é, presentemente, de 20%. O objectivo da EMIS é o de atingir os 75% em 2010.

“A taxa de penetração do cartão MULTICAIXA junto da população bancarizada com acesso à Rede é, presentemente, de 20%. O objectivo da EMIS é o de atingir os 75% em 2010.”

Como é que a EMIS está a responder ao crescimento do número de bancos a operar em Angola?

Uma das razões da criação da EMIS é precisamente a de auxiliar os bancos comerciais na bancarização da população. Como já referi, apenas 6,5% da população angolana possui conta bancária e utiliza o banco para as suas transacções financeiras. É uma percentagem muito pequena e, por isso, o esforço de contribuir para a diminuição do peso do mercado informal na economia angolana tem de ser de todos. O surgimento de mais bancos vem corresponder exactamente a essa lacuna. Evidentemente que o aparecimento de novos bancos representa, no bom sentido, um elemento de pressão sobre a EMIS, na medida em que a empresa é chamada a acudir às necessidades de mais clientes, o que pode implicar, por vezes, o reforço de capacidades. Como se sabe, os bancos, para além de serem os únicos donos da EMIS, são também seus fornecedores e únicos clientes. Por isso mesmo, os bancos, fundadores e emergentes, são os primeiros a terem consciência da necessidade permanente de reestruturação, modernização e investimentos da empresa. O Plano de Negócios da EMIS é revisto e reajustado todos os anos em Assembleia Geral de Accionistas.

Consolidar a eficiência e expandir a Rede

Quais são os principais projectos/objectivos da EMIS para 2006?

Para o ano de 2006, os principais objectivos são melhorar e consolidar o nível de eficiência e de funcionamento já alcançado, continuar com o plano de expansão da Rede para o interior do País e agilizar os passos para a execução do cronograma de implementação do Projecto de Filiação dos Bancos e da EMIS à Rede VISA e a consequente adequação tecnológica da Rede MULTICAIXA a essa nova

“Tudo será mais fácil e rápido na medida em que os desenvolvimentos feitos para a ligação à VISA servirão para efectivar a conexão com o MASTERCARD, AMERICAN EXPRESS e outros.”

realidade. Consideramos também prioritário implementar o projecto de construção da nova sede administrativa da EMIS e CPD da Rede MULTICAIXA e, ainda, proceder ao recrutamento, selecção e formação do pessoal capaz de assegurar o funcionamento do serviço da nova área dos Cartões de Crédito de circulação internacional (VISA, MASTERCARD, AMEX, etc.).

E quanto é que vai estar concluído o projecto de filiação dos bancos e da EMIS às redes internacionais (VISA, e outras)?

Os primeiros passos para a materialização deste projecto foram dados no segundo semestre de 2004. Hoje, e depois de intenso trabalho, os contactos com a VISA encontram-se em fase bastante avançada. Não gostaria de adiantar datas, para não criar falsas expectativas mas, seguindo o actual ritmo de trabalho e se não nos depararmos com escolhos de maior no nosso percurso, tudo indica que em finais de Dezembro próximo teremos o Sistema pronto. Se assim for, no início do primeiro trimestre de 2007, os Bancos que compõem o *pool* da frente estarão a emitir Cartões VISA e a Rede da EMIS estará igualmente em condições tecnológicas para aceitação desses cartões, quer os emitidos em Angola quer os emitidos no estrangeiro. A etapa seguinte será a filiação às demais marcas, através do estabelecimento de acordos. Mas tudo será mais fácil e rápido na medida em que os desenvolvimentos feitos para a ligação à Rede VISA servirão (através de *switch*) para efectivar a conexão com o MASTERCARD, o AMERICAN EXPRESS, entre outros.

A EMIS desempenha um papel chave entre os intervenientes no Sistema de Pagamentos de Angola. Que benefícios ou vantagens salienta, quer para o Estado e sector financeiro quer para os cidadãos, comércio e empresas e sociedade em geral?

Penso que os benefícios que a Rede MULTICAIXA proporciona hoje ao cidadão, ao sistema financeiro e ao País no seu todo são incalculáveis. A fiabilidade, a segurança e a rapidez das transacções beneficiam todos os intervenientes. A economia de tempo e de custos são igualmente portadoras de múltiplos benefícios para o cidadão, para o comerciante, para o sistema e, conseqüentemente, também para o Estado.

Enfim, Angola partiu demasiado tarde para a implementação do Projecto de Modernização do seu Sistema Nacional de Pagamentos. Porém, as etapas já percorridas e os avanços ora em presença dão-nos a tranquilidade necessária, sendo certo que o maior desafio é ainda a bancarização da população angolana para que possa aceder a essas novas tecnologias portadoras de facilidades e vantagens inquestionáveis.

Objectivos e Missão da EMIS

A EMIS - Empresa Interbancária de Serviços tem como objectivo principal fornecer e gerir os meios e assegurar os procedimentos necessários para garantir a transferência electrónica de fundos de forma eficiente, segura e fiável, capaz de contribuir para a rapidez da realização das transacções financeiras.

Nesta conformidade, compete especificamente à EMIS :

- Desenvolver, instalar e gerir a infra-estrutura e a tecnologia de suporte do Sistema de Pagamentos Nacional de Angola (SPA);
- Instalar e gerir a rede de terminais de pagamento automático que possibilite transferências de fundos no ponto de venda (TPA'S);
- Instalar e gerir uma rede de Caixas Automáticas (ATM's) que permita aos titulares de uma conta bancária o acesso à sua conta 24 horas/dia, 365 dias por ano, possibilitando-lhes o acesso a serviços bancários sem necessidade de recurso aos balcões, nomeadamente para consulta de saldo, pedidos de extractos, transferências conta a conta, levantamento de notas, pagamento de serviços, alteração de PIN, compra de recargas telefónicas, etc.;
- Desenvolver e/ ou instalar a Câmara de Compensação do SPA, regulada e supervisionada pelo BNA.

É também missão da EMIS:

- Apoiar a emissão e gestão do Cartão de Débito angolano;
- Apoiar a emissão e aceitação de cartões de Circulação Internacional, tais como VISA, MASTERCARD, AMEX, etc. através da celebração de contratos com as respectivas Instituições Internacionais;
- Representar o SPA, no âmbito das suas actividades ou por delegação de competências, em instituições internacionais.

Rede Multicaixa	211 ATM
Rede de TPA matriculados	292
Rede de TPA activos	193*
Número de cartões de débito emitidos:	
Efectivos até Junho 2006	345.000
Activos no 1º semestre de 2006	144.800

Fonte: EMIS, dados em Agosto 2006. *todos em Luanda.

Funcionalidades e serviços disponibilizados pela Rede MULTICAIXA

- Consultar o saldo ou pedir extracto da conta;
- Alterar o PIN do cartão;
- Pedir a segunda via do talão/*bordereau*;
- Levantar dinheiro (notas);
- Pagar serviços a fornecedores e executar transferência bancária para contas de outrém, E, conhecendo o seu IBAN;
- Comprar recargas telefónicas (MOVICEL, UNITEL e TELECOM);
- Pagar mercadorias e serviços (compras) nos estabelecimentos comerciais com TPA'S matriculados

A EMIS tem em estudo e espera implementar brevemente outras funcionalidades na Rede MULTICAIXA, sobretudo, para enriquecer o serviço de *homebanking* prestado já por alguns bancos angolanos através do serviço de *Host-to-Host*.

A Rede MULTICAIXA está igualmente preparada para auxiliar a Direcção Nacional de Impostos na arrecadação dos pequenos impostos dos contribuintes fiscais.

VAI DEVAGAR...

...POR CAUSA DAS PEDRAS.



AutoSueco ^(Angola)
 Grupo Auto Sueco
 International

DÊ MAIS FORÇA À SUA VIDA: NOVO MOTOR V8 DE 315 CV.

PRINCIPALMENTE QUANDO A SUA VIDA O LEVA POR CAMINHOS QUE PEDEM UM AUTOMÓVEL QUE COMBINE A SEGURANÇA VOLVO COM A POTÊNCIA DE UM MOTOR V8 E 440 NM DE BINÁRIO. VOLVO XC90 V8. PORQUE A VIDA NÃO PODE ESPERAR.

TAMBÉM DISPONÍVEL NA VERSÃO 2.5T DE 210 CV

AUTO SUECO ANGOLA - TEL: 222 337 419 • SEDE@AUTO-SUECO.CO.ÃO

VOLVO
 for life



Instituições bancárias em Angola: Que estratégias? Que crescimento?

Contactados os doze bancos que exercem actualmente actividade em Angola, eis as respostas de nove dessas instituições, nas quais os seus responsáveis directos se pronunciam sobre o sector financeiro angolano e também sobre as suas próprias estratégias de expansão e melhoramento.



Banco Africano de Desenvolvimento
José de Lima Massano, presidente
da Comissão Executiva

BAI potencia novas oportunidades de negócio

O desenvolvimento de serviços e de soluções financeiras orientados para nichos específicos de mercado é um dos eixos prioritários da estratégia do BAI.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

A nova Lei, além de melhor tipificar as sociedades intervenientes no mercado financeiro, refina as regras de administração das sociedades bancárias, consagrando

um esforço de adaptação das normas prudenciais e de supervisão do sistema financeiro angolano às melhores práticas internacionalmente recomendadas para o sector.

Mas, a modernização do sistema financeiro precisa de estar suportada numa bem desenvolvida infra-estrutura tecnológica de processamento e de compensação de valores. A este nível importa realçar a operacionalização efectiva do Sistema de Pagamento em Tempo Real e a estabilização da rede Multicaixa, que assistem na simplificação das transacções na economia sem condicionais relevantes de segurança para os utilizadores finais.



A disponibilização dos serviços internacionais de pagamentos electrónicos, que deverá acontecer no último trimestre do ano em curso, resultante da adesão à rede Visa, é outro importante passo no sentido da sofisticação dos sistemas de pagamento em Angola.

Quanto ao desempenho recente da economia nacional, a consistência da melhoria dos indicadores de conjuntura como o índice de preços ao consumidor, a taxa de câmbio de referência e a dimensão do investimento público em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, oferecem confiança e estimulam o investimento privado nos mais distintos sectores da economia.

A banca não é excepção e tem registado níveis notáveis de crescimento. De Janeiro a Agosto de 2006, o activo líquido da banca cresceu cerca de 36%, o que revela uma capacidade crescente de intermediação dos operadores.

A expansão da rede e dos serviços bancários tem sido conseguida com certa solidez. As anunciadas reformas no sistema de justiça e intervenções em curso no do-

mínio da circulação rodoviária, melhoria da rede de telecomunicações, entre outras, vêm confirmar a validade da aposta que a banca faz no empreendedorismo das instituições que em Angola desenvolvem a sua actividade.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do BAI?

O BAI vai prosseguir a sua actividade procurando desenvolver serviços e soluções financeiras orientadas para nichos específicos de mercado.

O segmento de empresas está a ser reforçado com uma unidade de banca de investimentos, capitalizando nas iniciativas de modernização e expansão da actividade empresarial e nas potencialidades inerentes ao surgimento do mercado bolsista em Angola.

No segmento de particulares, o BAI vai reforçar a aproximação ao seu mercado - alvo, dando nova ênfase aos serviços de atendimento onde, além da melhoria dos canais existentes, fará um forte recurso a soluções electrónicas no relacionamento com os seus parceiros.

Quais as perspectivas de crescimento para este ano?

As quotas de mercado atingidas no mês de Julho de 2006 estão em linha com as pretensões do BAI para o presente exercício, ou seja, activos líquidos na ordem dos 20% do consolidado do sistema.

Temos a previsão de atingir até ao final deste ano uma carteira de depósitos e títulos acima de USD 1,5 biliões e um volume de crédito rondando os USD 400 milhões.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

Como se sabe, a Associação Angolana de Bancos é um veículo qualificado das instituições financeiras bancárias para as mais diversas matérias de interesse para a classe, pelo que a parceria formada acresce mérito ao trabalho realizado e valoriza o sistema financeiro como um todo.

Expectativas ao rubro no Millennium Angola

A recente transformação em banco de direito local coloca o Millennium Angola numa fase de expansão. O objectivo é a criação de uma extensa rede de balcões, que lhe permita ampliar a sua carteira de clientes. A baixa taxa de bancarização e a, ainda, incipiente oferta de produtos e serviços no mercado aguçam o interesse desta instituição.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

Apesar da evolução rápida dos últimos três anos, o sistema financeiro angolano evidencia ainda uma baixa taxa de bancarização (5%) e uma oferta simples de produtos e serviços financeiros. Contudo, o ritmo a que se expande, aliado à modernização, pressão concorrencial e melhor informação dos clientes, faz com que o sector bancário tenda a segmentar-se e a elevar a qualidade dos seus serviços. Neste momento, dos doze bancos que compõem o sector bancário angolano, um é especializado em microfinanças, dois em microcrédito e um em banca de investimento. No

seu conjunto contam com 267 balcões espalhados pelo país, 117 dos quais em Luanda. Este ambiente sugere a existência de uma oportunidade para grupos financeiros com capacidade de introduzir maior inovação e sofisticação à oferta local, como é o caso do Grupo Millennium.

Na nova lei das instituições financeiras, de que se aguarda a respectiva regulamentação, já estão consagrados novos produtos e serviços tais como: Leasing, Factoring e Promoção Imobiliária - uma oferta que o Grupo Millennium já disponibiliza há muito tempo noutros países em que está presente - que poderão reforçar mais a orientação para o cliente. Também o arranque da Bolsa de Valores e Derivados de Angola, prevista para este ano, irá contribuir para o aparecimento de novos produtos de financiamento

BESA aposta na remuneração do capital e na satisfação dos clientes



BESA
Álvaro Sobrinho, presidente
da Comissão Executiva

Os resultados do BESA, no primeiro semestre de 2006, registaram um crescimento superior a 40%, face a igual período do ano passado. O financiamento ao investimento de empresas locais é, entre outros, um dos objectivos enquadrados na estratégia do banco.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

A evolução do sistema financeiro angolano tem sido muito rápida e precoce. Os bancos, enquanto fornecedores de serviços financeiros com maior credibilidade no mercado angolano, deverão ser os pioneiros na formação de conglomerados financeiros que incluirão as novas sociedades de desintermediação financeira, previstas na nova Lei das Instituições Financeiras.

Para que sejam instituições sólidas no futuro imediato e, naturalmente, no médio e longo prazo, que caminho devem seguir os bancos angolanos?

Por razões de princípio e delicadeza não me vou pronunciar sobre a estratégia que devem seguir as instituições financeiras, para torná-las mais sólidas. Penso que os gestores sabem perfeitamente o que devem fazer e cabe à Entidade de Supervisão Bancária, o Banco Nacional de Angola, regulamentar e controlar a solidez financeira dos bancos.

Em relação ao BESA, apenas dizer que irá crescer e responder aos desafios do mercado, na exacta medida que os seus capitais próprios o permitirem, sem nunca prejudicar os rácios de solvabilidade considerados confortáveis, face às aplicações de risco inscritas no nosso balanço. No entanto, nunca perdemos o enfoque numa boa remuneração do capital e nos níveis de satisfação dos nossos clientes e colaboradores.

Quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do BESA? A criação do mercado de capitais vai potenciar essa expansão?

O crescimento da economia angolana tem incentivado o investimento privado. Por outro lado, a crescente utilização dos sistemas de pagamento electrónico têm permitido uma maior bancarização dos cidadãos. A estratégia do BESA passa por uma segmentação clara dos seus actuais e potenciais clientes e por detectar com rigor as necessidades destes clientes, oferecendo os produtos e serviços considerados de valor, dentro da legislação angolana.

A abertura das agências necessárias à expansão do banco, será feita de maneira racional e adaptada às características de negócio onde são implantadas. Penso que, no curto prazo, o mercado de capitais não irá potenciar a nossa expansão.

Mas sendo o mercado de capitais importante para as empresas em geral e para os bancos em particular captarem fundos necessários à sua expansão, é natural que, a médio/longo prazo, o BESA equacione a possibilidade de reforçar os seus capitais, recorrendo ao mercado.



Millennium Angola
Fernando Nogueira, presidente

do investimento, bem como de aplicações de poupanças por parte de particulares.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Millennium Angola?

As prioridades do banco Millennium Angola são, fundamentalmente, as seguintes:

- Desenvolvimento da base de clientes particulares e do seu património financeiro confiado ao banco, com manutenção de elevados níveis de satisfação e fidelização, assente num serviço de qualidade superior;
- Desenvolvimento do negócio com empresas e instituições do sector público e privado, através da satisfação das suas necessidades de produtos e serviços de intermediação financeira e pelo facultar do seu acesso a mercados e recursos financeiros que potenciem o seu crescimento, sujeito a critérios bem definidos de rigor e controlo de riscos;
- Manutenção de elevados níveis de rentabilidade e

solidez financeira, com criação sustentada de valor para os seus accionistas;

- Valorização dos colaboradores, através da sua formação, motivando-os com a oferta de perspectivas de carreira.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

Sim. No mercado a sistematização da informação ainda escasseia e são de saudar as iniciativas que contribuam para aprofundar o conhecimento do sector. A nova lei das instituições financeiras e o arranque da Bolsa de Valores e Derivados de Angola vão provocar, num curto espaço de tempo, profundas alterações no sistema financeiro, pelo que a realização periódica de estudos e análises será um bom contributo para melhorar continuamente o desempenho de sistema financeiro angolano.

Quais são as perspectivas de crescimento do BESA para este ano?

A baixa extremamente acentuada das taxas de juro activas e o aumento do custo do *funding*, levaram a que a margem financeira tivesse uma redução imprevisivelmente significativa, o que faz com que as projecções iniciais do crescimento dos resultados possam não se verificar. No entanto, os resultados do BESA, no primeiro semestre, foram positivos e registaram mesmo um crescimento superior a 40%, face a igual período do ano passado. Com certeza que o financiamento ao investimento de empresas locais é um dos objectivos enquadados na estratégia do banco. As condições de financiamento são estudadas de forma criteriosa, por forma a que a intermediação financeira feita pelo banco proteja aforradores, tomadores do crédito e o próprio banco, diminuindo, tanto quanto possível, os riscos sistémicos inerentes às operações de crédito.

O BESA inaugurou recentemente a sua nova sede aqui em Luanda, o que representa um investimento significativo na sua estrutura. A que se deve este investimento?

O investimento nas novas instalações da sede foi feito na sequência de uma série de necessidades logísticas e operativas resultantes da expansão do BESA e também pelos desafios que teremos no futuro, perante uma economia em forte expansão e um cada vez maior número de clientes a exigir serviços bancários de qualidade.

É natural que com instalações mais modernas e adaptadas aos diferentes segmentos de clientes do banco, possamos ter condições de base necessárias à melhoria da qualidade do serviço que podemos oferecer aos nossos clientes. O banco estava todo concentrado (serviços centrais, operações, sala de mercados, administração e agência sede) em dois andares de um edifício, numa área muito reduzida. Estamos há cerca de um mês nas novas instalações. No entanto, já é possível perceber uma reacção bastante positiva por parte dos clientes, pela excelente qualidade das instalações.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

O estudo da Deloitte é muito positivo pela informação que disponibiliza a todos os agentes económicos e especialistas do sector bancário. Por outro lado, a associação que a Deloitte fez com a ABANC, permite inferir, com um bom intervalo de confiança, uma compilação de dados fiável. A análise dos resultados apresentados é que deve ser feita de forma prudente, de maneira a evitar comparações que podem ser desajustadas. Assim, na minha perspectiva, dependendo da mensagem, a análise deste relatório poderá contribuir, ou não, para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro angolano.

“A abertura das agências necessárias à expansão do banco, será feita de maneira racional e adaptada às características de negócio onde são implantadas.”

BFA aposta na expansão e modernização

O alargamento da rede de balcões, de centros de empresa e de investimento, o lançamento dos primeiros cartões de crédito nacionais e a criação de uma nova Direcção de Project Finance constituem as apostas estratégicas do BFA.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

O sistema financeiro angolano está num momento de rápido desenvolvimento e de crescimento do volume

das suas actividades. Não pode haver crescimento económico sustentável sem um sistema financeiro forte e dinâmico, que apoie as iniciativas de investimento empresarial, a procura de crédito por parte das famílias e que desenvolva soluções para a aplicação de poupanças. O quadro macro-económico continua muito favorável: forte crescimento dos sectores não petrolíferos; diminuição da inflação, que deverá atingir a meta dos 10% no final do ano; estabilidade cambial do kwanza face ao dólar americano; rápida acumulação de reservas cambiais. É um cenário propício ao investimento privado, que irá tirar partido do vasto programa de reabilitação de infra-estruturas necessárias à actividade económica.

Por seu lado, o BNA tem vindo a desenvolver uma intensa actividade no sentido de modernizar os mecanismos de actuação, quer no que diz respeito à intervenção nos mercados financeiros quer nas metodologias do exercício da supervisão bancária, aspectos muito importantes com o aumento dos níveis concorrenciais no mercado. Um dos aspectos relevantes é que a nova regulamentação que está em preparação, que aproxima muito o sistema angolano das mais modernas práticas internacionais, permitirá uma maior transparência e comparabilidade dos bancos angolanos com os seus pares internacionais.

Finalmente, com a prevista entrada em funcionamento da Bolsa de Valores, vai abrir-se num novo horizonte de oportunidades e de trabalho para as empresas e para as instituições financeiras.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do BFA?

Banco BIC com crescimento absoluto nos depósitos

Em Dezembro de 2006, o Banco BIC terá uma rede de 60 balcões, uma carteira de depósitos superior a um bilião de USD e uma carteira de crédito próximo dos 500 milhões de USD, sendo o banco privado com maior crescimento absoluto em depósitos.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

O sector bancário é, em Angola, dos sectores mais modernos, a par do sector do petróleo, com uma oferta básica de produtos e serviços muito semelhante ao existente na Europa (depósitos, crédito, aplicações, operações com o exterior, Trade Finan-

ce, cartões, Internet e SMS Banking, etc.)

Temos assistido a um aumento da concorrência e, sendo o Banco BIC uma das molas impulsionadoras deste aumento, é expectável que, quer pelo reforço da actividade dos bancos existentes quer pela entrada de novos bancos no mercado, esta tendência venha a acentuar-se ainda mais. Isto provocará uma contracção das margens financeiras, mas também uma melhor qualidade de serviço e preços para o cliente. Certamente os bancos irão desenvolver uma oferta de produtos e serviços ainda mais sofisticada, designadamente devido à criação do mercado de capitais e à alteração do quadro legislativo, que permite a criação de fundos imobiliários e a regulamentação específica para o leasing, factoring, etc. O Banco BIC pretende também estar na linha da frente neste tipo de oferta.

Angola é um país saído de uma guerra prolongada e tem, ainda, grande parte das infra-estruturas destruídas. Contudo, as elevadas receitas do petróleo e dos diamantes e o crédito obtido externa e internamente vão fazer com que o crescimento do PIB seja dos mais elevados do mundo, havendo a previsão de que em 2006 seja de 15,5 %.

Assim, Angola vai recuperar as explorações agrícolas e pecuárias e investir novamente na extracção de ferro e cobre sendo, brevemente, não só um dos países mais ricos, mas também um dos países com maior crescimento em África.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Banco BIC?

Os principais desafios para a banca serão a abertura de agências em todas as províncias e nos principais

BTA aumenta cobertura geográfica

O novo plano estratégico, que abrange o período 2006/2008, visa tornar o Banco Totta Angola numa das principais instituições do mercado. O aumento da cobertura geográfica do país, o crescimento do crédito e o apoio às PME constituem os eixos estratégicos dessa nova política.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

O sistema financeiro angolano tem vindo a revelar uma crescente credibilidade e maior maturidade, evidenciadas no crescimento que se verifica nos depósitos e na sua capacidade de apoio creditício aos grandes investimentos do país. Verifica-se uma cada vez maior intervenção do sector privado na vida económica nacional, sustentada em medidas de apoio da banca ao investimento privado e na liberalização de diversas actividades. A estabilidade da moeda nacional e a taxa de juro

do Kwanza, em níveis abaixo dos 10%, têm permitido uma maior movimentação monetária interna em detrimento da moeda externa, nomeadamente na estruturação de financiamentos em moeda nacional de elevados montantes.

O actual nível de bancarização em Angola, em particular no segmento de particulares, a previsível alteração de alguns regimes especiais e o potencial desenvolvimento do mercado de capitais, torna expectável um forte crescimento do sistema financeiro nos próximos anos.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Banco Totta?

Está em curso um plano estratégico para o período

O BFA é um banco universal, que aborda a sua actividade de forma segmentada. Neste momento, o nosso principal objectivo é o alargamento da rede de balcões - actualmente temos 50 e contamos chegar aos 70 no final do ano -, da rede de Centros de Empresa - actualmente temos 4 e o objectivo são 7 no final de 2006 - e criar Centros de Investimento orientados para o atendimento personalizado a clientes de alto rendimento e património. Criámos também uma nova Direcção de Project Finance com o objectivo de tratar operações de elevado volume e complexidade e tirar partido da criação da Bolsa de Valores e Derivados de Angola, cuja actividade deverá iniciar-se no final do ano.

Uma outra forte aposta do BFA em 2006 são os meios de pagamento: a par de uma actividade intensa nos cartões de débito da rede Multicaixa, no qual temos uma quota de mercado de cerca de 50%, o BFA já iniciou o lançamento de cartões de crédito para os seus clientes e conta ter tudo pronto no final do ano para iniciar o exercício de acquiring de cartões de crédito,

montando um sistema que permite a aceitação de pagamentos nos estabelecimentos comerciais e levantamento de dinheiro com cartões de crédito internacionais em Angola, algo que por enquanto não é possível.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da ABANC, contribui para a credibilização do sistema financeiro?

Por bons motivos Angola passou a estar na boca do mundo, estando num processo de ganho de imagem e de credibilidade internacional. A recente atribuição da organização do Campeonato Africano das Nações, em 2010, constitui a prova mais recente desta tendência. Neste sentido, o sistema financeiro tem toda a vantagem em acompanhar este processo e em ganhar visibilidade e credibilidade. O trabalho realizado pela Deloitte constitui um importante passo nesse sentido, divulgando e comparando de forma transparente e detalhada aspectos relevantes da actividade e dos balanços dos bancos angolanos.



Banco de Fomento Angola
Emídio Pinheiro, presidente
da Comissão Executiva



Banco BIC
Fernando Aleixo Duarte, administrador

municípios, por forma a que o país possa desenvolver-se mais rapidamente e, também, para que a banca contribua para que os muitos angolanos que não trabalham com os bancos beneficiem da actividade bancária, quer seja para depósitos das suas poupanças quer para obtenção de crédito.

Quais as perspectivas de crescimento para este ano?

Neste ano de 2006, o Banco BIC vai continuar a estratégia de aumento da sua rede de distribuição, tanto a generalista como a de atendimento específico (Centros de Empresas e Private), e a política de pricing competitivo e de apoio ao desenvolvimento económico, aumentando, de uma forma segura, o rácio de conversão depósitos/crédito para valores à volta dos 50%.

Esperamos chegar ao fim do ano com uma rede de 60 agências, uma carteira de depósitos superior a 1.000.000.000 de USD e uma carteira de crédito próxima dos 500.000.000 de USD.

O Banco BIC é hoje uma das referências do mercado angolano, sendo o banco privado com maior crescimento absoluto em depósitos e líder de mercado em operações com o exterior. Inovámos na oferta de cartões, na banca remota, com o SMS banking e documentos electrónicos, queremos manter-nos um banco moderno e inovador e temos a satisfação do cliente como nossa principal referência.

A realização de estudos como a "Banca em análise - Angola 2006", feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

Consideramos a divulgação do estudo muito interessante, pois permite à generalidade do público perceber a evolução de um dos sectores chave para o desenvolvimento do país. Pensamos que estudos como este contribuem positivamente para a credibilização do sistema financeiro angolano.

2006/2008 que tem por objectivo transformar o BTA num dos principais bancos comerciais do sistema financeiro angolano. Este Plano assenta na expansão da sua actividade e no aumento da cobertura geográfica do país, propondo-se atingir, neste período, uma rede de 50 balcões.

A estratégia passa pelo aumento da carteira de crédito, com especial enfoque no crédito ao desenvolvimento dos sectores considerados prioritários para a economia angolana e reforço da presença no tecido empresarial das Pequenas e Médias Empresas. No segmento de particulares, o objectivo passa pelo incremento do crédito à habitação e automóvel, não descurando o crédito pessoal para apoio às famílias, a par do desenvolvimento de outros produtos financeiros e serviços de cross selling, promovendo maior satisfação e vinculação dos nossos clientes.



Banco Totta Angola
Maria do Céu Figueira, directora comercial

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

A divulgação de estudos independentes apoia a crescente credibilização do sistema financeiro, contribuindo para a divulgação da estratégia das instituições operantes e da sua sustentabilidade.

A informação disponibilizada ao mercado deverá contribuir também para a aculturação do empresariado, profissionalizando a sua relação com os bancos. O tecido empresarial deverá encarar os bancos como parceiros permanentes na expansão do seu negócio, em detrimento de uma relação pontual em face de uma necessidade concreta que não permite estabilidade nas relações nem um crescente envolvimento mútuo.

Banco Keve quer fomentar a poupança em Kwanzas

Apesar do dinamismo que o mercado financeiro angolano tem vindo a registar, é preciso ainda desenvolver uma cultura de poupança em moeda local, defende Rui Campos, vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Keve. 2006 será um ano de crescimento, embora menos acen- tuado do que no ano transacto.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um sis-

tema de pagamentos ou o próprio desen- volvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

O sistema financeiro tem evoluído de uma forma muito positiva, decorrente de vários factores, dos quais se destacam a estabilidade macro-económica e o aumento da concorrência (traduzida no aumento do número de instituições e da rápida expansão da rede bancária). Todavia, é ainda preciso desenvolver uma cultura de poupança em Kwanzas. Os títulos e bilhetes do tesouro, que constituíram um bom instrumento de captação de poupança no passado recente, tor-



Banco Keve
Rui Campos, vice-presidente
do Conselho de Administração

Novo Banco atento aos riscos dos mercados emergentes

O crescimento exponencial da economia do país e as previsões de forte dinamismo do sector bancário, bem como das instituições que nele participam, não devem fazer esquecer os riscos associados a mercados emergentes. Independentemente dos constrangimentos, o Novo Banco, que tem entre os seus accionistas a IFC, do Grupo Banco Mundial, espera apresentar no final de 2006 um crescimento de 250% no crédito e de 200% na rubrica clientes.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

Pensamos que a evolução do sistema financeiro angolano é positiva. Estão a entrar no mercado novas instituições e, até ao final do ano, deverá entrar em funcionamento a Bolsa de Valores, o que vai contribuir para a consolidação do sistema. A estes esforços deve ainda acrescentar-se a criação do Sistema de Pagamentos em Tempo Real, vulgo SPTR, que paulatinamente vai substituir a compensação física pela electrónica. Estes es-

forços estão a ser acompanhados de melhorias na supervisão das instituições financeiras, bem como pela entrada em vigor dos acordos de Basileia II, que se prevê para breve.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Novo Banco?

São consideradas áreas estratégicas o aumento da oferta de produtos (em 2006 entra em funcionamento o Western Union in/outbound em 2007 está prevista a entrada em funcionamento de ATM's, a criação de cartões de débito e a oferta de crédito à habitação), a criação de novas agências, o aperfeiçoamento dos procedi-

Banco Sol centra atenções no microcrédito

A dinâmica gerada pela aprovação da nova Lei das Instituições Financeiras vai impulsionar a criação de novos produtos no mercado. Para o Banco Sol, o reforço do microcrédito continua a ser uma das áreas prioritárias mas a instituição promete estar atenta ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Tendo em conta a nova Lei das Instituições Financeiras, os avanços na criação de um Sistema de Pagamentos ou o próprio desenvolvimento económico do país, como avalia a evolução do sistema financeiro angolano?

Ao longo dos últimos anos, o sistema financeiro angolano tem vivido as transformações necessárias para satisfazer os desafios económicos do país. Refiro-me, nomeadamente, à implementação da política monetária e cambial, à criação do sistema de pagamentos e à revisão da lei das instituições financeiras, medidas que vieram fortalecer a moeda nacional e permitir uma maior operacionalidade do sistema financeiro.

A nova Lei das Instituições Financeiras veio clarificar e classificar o âmbito de actuação das instituições financeiras bancárias e não bancárias, permitindo ao sistema financeiro desenvolver e oferecer uma maior diversidade de operações, produtos e serviços.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Banco Sol?

Para o Banco Sol, as áreas prioritárias de crescimento são a comercial, que inclui depósitos e crédito; o microcrédito, que queremos incrementar gradualmente; e a dos valores mobiliários, sem descurar, naturalmente, as participações financeiras.

No ano em curso pretendemos, em termos quanti-

naram-se pouco atractivos por apresentarem taxas de juro reais negativas. A implementação do SPTR (sistema de pagamentos em tempo real) é um marco extremamente importante e irá permitir acelerar o desenvolvimento do sistema financeiro. Também gostaríamos de destacar, como contributo fundamental neste recente processo de desenvolvimento, a melhoria da capacitação da supervisão bancária e o fomento de uma atitude de diálogo com as instituições antes da aprovação das normas. No entanto, entendemos que existe ainda um espaço importante a ser preenchido não só em termos de melhoria da qualidade de atendimento por parte das instituições de uma forma geral, como também do fomento de uma cultura bancária junto dos clientes, tendo em vista a correcta utilização dos serviços por estas prestados em vertentes como a apresentação de garantias num processo de pedido de crédito ou a prestação de informação completa na abertura de uma conta.

Perante esta avaliação, quais são as áreas estratégicas para a expansão da actividade do Banco Regional do Keve?

O Banco prosseguirá ao longo de 2006 objectivos de crescimento do volume de negócios e de expansão da rede física, impulsionado quer pela captação selectiva de novos clientes quer pela dinamização do seu grau de envolvimento com os clientes actuais. Ficou estabelecida para o corrente ano a manutenção de importantes níveis de liquidez, traduzidos em aplicações em títulos (moeda nacional) e em correspondentes (moeda estrangeira), medida que se enquadra no âmbito da nossa política de prudência e do seu redireccionamento para operações de crédito. Entretanto, e na sequência destas políticas, as actuais taxas de juro reais negativas dos títulos do Banco Central e do Tesouro deverão implicar um crescimento menos acentuado dos resultados lí-

quidos do Banco em relação a 2005.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

A elaboração destes estudos é muito importante desde que os mesmos sejam disponibilizados ao público interessado (referimos aqui, por exemplo, os estudantes). Caso contrário, o seu contributo para um melhor conhecimento do funcionamento do sistema bancário será reduzido. Uma das grandes vantagens deste estudo residirá na sistematização da informação sobre o sistema bancário com uma cuidada interpretação técnica. A ABANC é uma associação representativa do sector e o facto de apoiar a elaboração do estudo irá, por um lado, permitir a promoção e reforço do seu papel institucional e, por outro, garantir a independência do mesmo.

mentos relativos ao crédito empresarial e a formação intensiva dos funcionários.

Assim, as perspectivas para 2006 apontam para um crescimento de 250% ao nível da carteira de crédito e de 200% na rubrica clientes.

A realização de estudos como a 'Banca em análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

Sim, a divulgação de estudos sérios e informativos ajuda nesse sentido, especialmente para o reconhecimento do mercado no exterior e para a formação dos funcionários no próprio país. Ainda assim, estes estudos devem também tratar dos riscos que existem em emerging markets, como sejam a falta de pessoal qualificado, o crescimento rápido sem controlos internos suficientes e o endividamento das pessoas (créditos salariais), entre outros.



NovoBanco S.A.R.L.
Stefan Wolff, director geral



Banco Sol
Sérgio Lavrador, administrador

tativos, incrementar a nossa carteira de clientes e de crédito e criar valor para os accionistas. Em termos qualitativos, procuraremos satisfazer cada vez melhor os nossos clientes e os nossos colaboradores. Pretendemos também reforçar a nossa imagem e melhorar a nossa forma de comunicar com o mercado.

A realização de estudos como a 'Banca em Análise - Angola 2006', feito pela Deloitte Angola com o apoio da Associação Angolana de Bancos, contribui para o desenvolvimento e credibilização do sistema financeiro?

A realização deste estudo contribui de forma significativa para o desenvolvimento do sistema financeiro angolano, permitindo não só a obtenção de informação sobre o sistema como também a sua análise e maior credibilização.

Viaje com a Unitel.

Leve o seu telemóvel consigo e receba chamadas de Angola



Mexico
Luanda Sul Bié Uíge
Huila Huambo
Namibe Malanje Bengo
Kwanza Kuanza
Zaire Bengo
Huila Bié Huambo Bié Uíge Luanda
Bengo Bengo Benguela Namibe
Cabiinda Kwanza Sul Zaire Huila Malanje Luanda Norte
Huila Cuiene Bengo Uíge Cabiinda Namibe Luanda Norte
Huambo Benguela Malanje Mexico Luanda Cuiene

Serviço de Roaming em todo o mundo.

Da África do Sul ao Brasil, passando por Cabo Verde, Congo R.D., Espanha, França, Hong Kong, Holanda, Inglaterra, Israel, Itália, Moçambique, Namíbia, Portugal, Suíça e muitos mais países, quando viajar para o estrangeiro, leve o seu telemóvel consigo e esteja sempre em contacto com Angola. Utilize o serviço de Roaming da Unitel e descubra uma nova forma de falar e de fazer negócios nos 5 continentes.

 **UNITEL®**
O próximo mais próximo.

www.unitel.co.ao

Zaire Kwanza Sul Benguela Uíge Mexico Benguela
Malanje Kwanza Norte
Cabiinda Bengo Cuiene Bié

Estudo



Ficha Técnica

Bancos Participantes

Banco Africano de Investimentos S.A.R.L.
Banco Comercial Angolano S.A.R.L.
Banco de Comércio e Indústria S.A.R.L.
Banco Comercial Português S.A.R.L.
Banco Espírito Santo Angola S.A.R.L.
Banco de Fomento Angola S.A.R.L.
Banco Internacional de Comércio S.A.R.L.
Banco de Poupança e Crédito S.A.R.L.
Banco Totta de Angola S.A.R.L.
Banco Regional do Keve S.A.R.L.
Novo Banco S.A.R.L.
Banco Sol S.A.R.L.

Direcção do projecto

Pedro Barreto • Sócio Deloitte Angola
Roberto Fernandes • Secretário Geral ABANC

Equipa do projecto

Luís Alves • Gerente Deloitte Angola
Luciana Carvalho • Deloitte Angola
Nelson de Sousa • Consultor Fiscal Deloitte Angola
Gilberto Diogo • Consultor Analista Deloitte Angola
Cláudia Alexandre • Auditora Deloitte Angola

Índice

Preâmbulo e bases de preparação	35
Análise macroeconómica e monetária	39
Sistema financeiro	43
Desenvolvimento recente e perspectivas	52
Informações financeiras dos bancos	55

Preâmbulo e bases de preparação



Este estudo resulta da compilação e consolidação de dados macroeconómicos e dos bancos Angolanos comparativamente a diversas outras economias. Relativamente aos dados macroeconómicos, utilizámos outros países da África Subsaariana como base de comparação de forma a enquadrar o País no contexto regional. Relativamente aos dados financeiros dos bancos optámos por utilizar sistemas financeiros de economias mais desenvolvidas como base de comparação, adoptando-os como melhores práticas ("benchmarking"), para os indicadores financeiros analisados.

Na Tabela 1 apresentamos o número de bancos consolidados por país para efeito deste estudo e as fontes de dados utilizadas.

Tabela 1

BANCOS CONSOLIDADOS NO ESTUDO			
País	Quantidade	Ano	Fontes
Angola	12	2005, 04	Demonstrações financeiras, questionários, BNA
Brasil	171	2005	Bankscope database
Portugal	60	2004	Bankscope database
EUA	763	2004	FDIC Database
África do Sul	6	2003	Demonstrações financeiras
Total	1012		

A informação é o mais actualizada possível à data do estudo e as informações macroeconómicas provêm principalmente das bases de dados do FMI, Banco Nacional de Angola e Ministério das Finanças de Angola, sendo os dados mais recentes muitas vezes baseados em informação não definitiva ou previsões actualizadas.

Os indicadores utilizados como referência para este trabalho foram cuidadosamente seleccionados com base na relevância, simplicidade de cálculo e facilidade de comparação com outras economias, para evitar conduzir o leitor a análises redundantes ou pouco relevantes. Para uniformizar as bases de análise, alguns indicadores foram recalculados, podendo ser ligeiramente diferentes das demonstrações financeiras publicadas das instituições.

Foram compilados dados de mais de 1000 bancos em cinco países

O SABER QUE OCUPA LUGAR

Apoio ao cliente
Telemarketing

Tel.: (+244) 222 693 610

Geral

Tel.: (+244) 222 693 600

Fax: (+244) 222 693 614

www.besa.ao



BANCO ESPIRITO SANTO ANGOLA

Para a análise consolidada do sistema procedemos à adição simples das demonstrações financeiras dos bancos, não tendo havido eliminações de transacções interbancárias. Consideramos não serem relevantes para análise as eventuais distorções daí resultantes.

Para evitar perda de relevância optámos por definir uma data limite para a publicação deste estudo, pelo que somente os bancos com demonstrações financeiras publicadas a esta data estão apresentados individualmente, correspondendo a 95% dos depósitos do sistema em 2005 e a 100% em 2004. Por esta razão, em 2005 são apresentados dois balanços consolidados: um calculado por nós com base nas demonstrações publicadas dos bancos até à data do estudo e outro com base no balanço consolidado do BNA, que corresponde a 100% das instituições mas é calculado com base em informação não definitiva submetida mensalmente pelos bancos.

O BNA não apresenta informação consolidada da demonstração de resultados, pelo que apresentamos somente o resultado da consolidação destas demonstrações efectuada por nós com base nas demonstrações financeiras individuais.

Para efeito do cálculo dos rácios utilizámos uma combinação das informações divulgadas pelo BNA e as demonstrações financeiras dos bancos, dependendo do objectivo das análises.

Os bancos em actividade em 31 de Dezembro de 2005 são os seguintes:

Tabela 2

BANCOS EM ANGOLA - DEZEMBRO DE 2005			
Sigla	Nome	Capital	Início
BAI	Banco Africano de Investimentos, S.A.R.L.	Angola	1997
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.R.L.	África do Sul	1999
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.R.L.	Angola	1991
BCP	Banco Comercial Português, S.A.R.L.	Portugal	1993
BESA	Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.	Portugal	2002
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.R.L.	Portugal	1993
BIC	Banco Internacional de Comércio, S.A.R.L.	Portugal	2005
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A.R.L.	Portugal	1976
BTA	Banco Totta de Angola, S.A.R.L.	Espanha	1993
Keve	Banco Regional do Keve, S.A.R.L.	Angola	2003
Novo Banco	Novo Banco, S.A.R.L.	Diversos	2004
Sol	Banco Sol, S.A.R.L.	Angola	2001
Fonte Demonstrações financeiras dos bancos e questionários			



Análise macroeconómica e monetária

Uma economia em ascensão

De acordo com dados preliminares do FMI, em 2005 Angola passou à posição de terceira maior economia Subsahariana, atrás apenas da África do Sul e da Nigéria. O seu Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 15,7% em termos reais para USD 28.860 milhões e o PIB per capita ficou em USD\$ 1.815, mais do que o dobro da média Subsahariana.



Em 2005 Angola passou à posição de 3ª maior economia Subsahariana

O crescimento do PIB foi impulsionado, principalmente, pela produção petrolífera não só por via do aumento do volume produzido, mas também por via do crescimento dos preços internacionais do petróleo (cotação Brent). A produção em 2005 excedeu 1.250 milhões de barris por dia (996 milhões no ano anterior), tendo representado nesse ano cerca de 51,5% do PIB e 95% das exportações. Em 2005 Angola passou a ser o 2º maior produtor de petróleo em África sendo, entre este grupo de países, aquele que tem apresentado maior taxa de crescimento médio anual nos últimos anos: 8,8% anuais desde 1994. Projeções recentes indicam que a produção vai exceder 2 milhões de barris por dia em 2007.

O 2ª maior produtor de petróleo em África

A taxa prevista de crescimento dos sectores não petrolíferos situou-se em cerca de 10,4%, com ênfase para os sectores de construção (16%) e agricultura e pescas (15,6%).

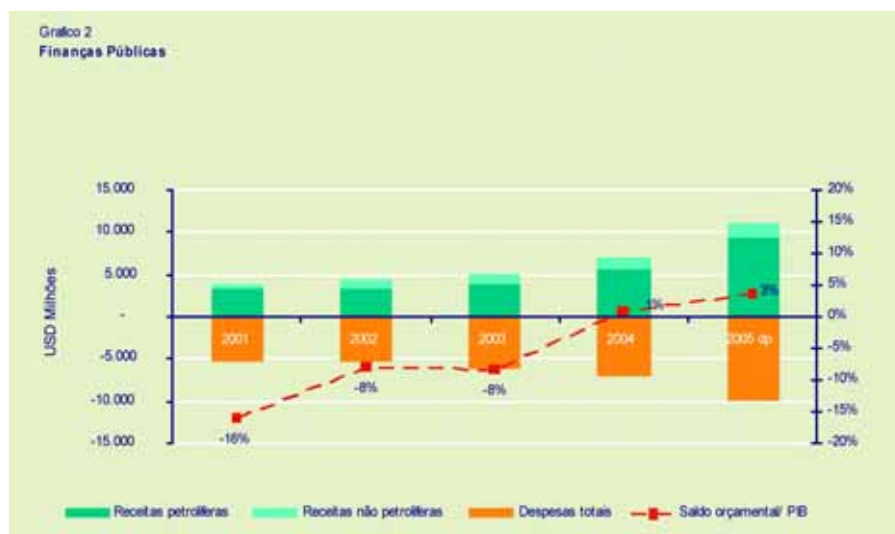
O país arruma a casa

Dados preliminares referentes a 2005 indicam um aumento na arrecadação tributária na ordem dos USD 3,9 biliões (provenientes quase integralmente das receitas petrolíferas) e um aumento na despesa tributária em USD 3 biliões, o que teria elevado o saldo orçamental global (de compromisso) para cerca de USD 1 bilião (3,4% do PIB). Note-se que 2004 foi o primeiro ano em que se registou um saldo orçamental positivo (0,6% do PIB), chegando a 3% do PIB em 2005.

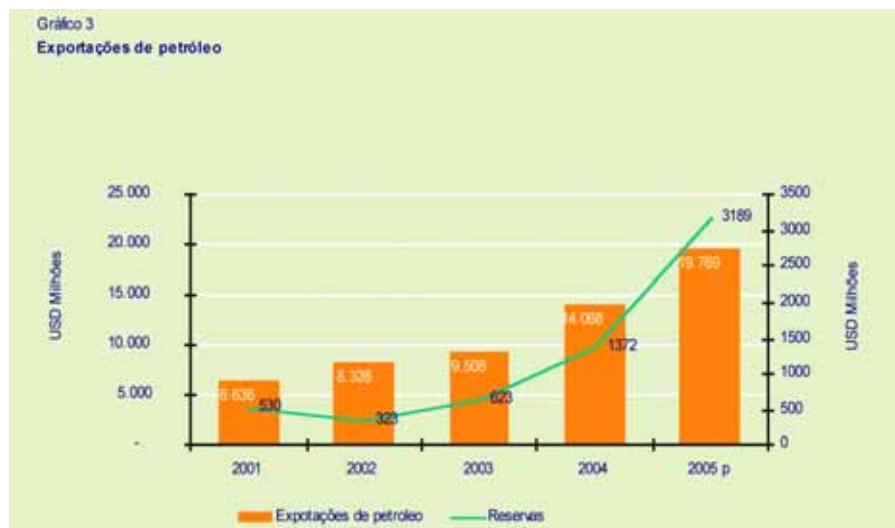
O aumento expressivo na arrecadação fiscal tem vindo a financiar um ambicioso programa de investimentos públicos (PGG - Plano Geral de Governo) para o biénio 2005/6. O PGG define que a sustentabilidade do crescimento económico e desenvolvimento angolano passam pela necessidade de desenvolver actividades fora da dos sectores petrolífero e diamantífero.

Segundo informações preliminares do Governo, a execução fiscal da rubrica de investimentos foi de cerca de USD 810 milhões contra um orçamento de USD 1,5 biliões.

Aumento da
arrecadação fiscal
suporta ambicioso
programa de
reconstrução
nacional



A balança comercial deverá registar uma posição superavitária pelo segundo ano consecutivo, alicerçada nas exportações de petróleo que, em 2005, cresceram USD 4,6 biliões para USD 19,8 biliões (crescimento de 40%). É expectável que este nível de crescimento se prolongue a curto prazo. Como resultado as reservas atingiram o valor de USD 3,2 biliões (crescimento de USD 1,8 biliões) equivalentes a aproximadamente 4,3 meses de importações.



Para complementar o esforço de financiamento do processo de reconstrução nacional, a dívida externa aumentou USD 970 milhões para USD 10,5 biliões mas tem vindo a cair paulatinamente relativamente ao PIB. Em fins de 2005 a relação entre a dívida externa e o PIB era de 36% (outros países da região: 26%) contra 103% no ano de 2001.

O Estado Chinês é responsável pela maior linha de crédito negociada no montante de 2 biliões de dólares a serem aplicados até ao final de 2006, podendo depois ser aumentada para 4 biliões de dólares por mais 2 anos. Esta linha tem sido aplicada na reconstrução de estradas, construção do aeroporto de Luanda, aquisição de camiões e alfaia agrícola e na construção de escolas, hospitais e mercados municipais. Além da China, países como os Estados Unidos, Portugal, Rússia, Brasil, Polónia, Alemanha, entre outros, têm contribuído com diversos tipos de financiamentos. Os dados relativos a estas linhas não estão incluídos nos dados do Banco Central.



O Kwanza forte

Em 2003 entrou em vigor um programa de estabilização monetária que incluiu, entre diversas medidas, a implementação de um mecanismo de esterilização ex-ante dos fluxos cambiais resultantes das receitas fiscais petrolíferas utilizados na cobertura de despesas do Tesouro Nacional, em contraposição ao procedimento anteriormente utilizado de converter estes fluxos em moeda nacional. Estas medidas, num contexto de forte entrada de cambiais na economia Angolana, resultaram numa apreciação real do Kwanza e numa acentuada redução da inflação.

Observou-se, em 2005, um crescimento nominal nos meios de pagamento (M2) de 60,5% (35% reais), devido, principalmente, a uma injeção de liquidez no quarto trimestre relacionada com a concentração sazonal dos gastos do Governo, que, no âmbito da implementação do seu Programa Económico, decidiu acelerar o ritmo de execução das suas despesas, cuja principal fonte de sustentação provém dos impostos em moeda estrangeira pagos pelas companhias petrolíferas. O BNA interveio, via mercados cambiais, para absorver o excesso de liquidez em moeda nacional, fortalecendo o Kwanza em 6% contra o dólar para 80,78 Kwanzas/USD.

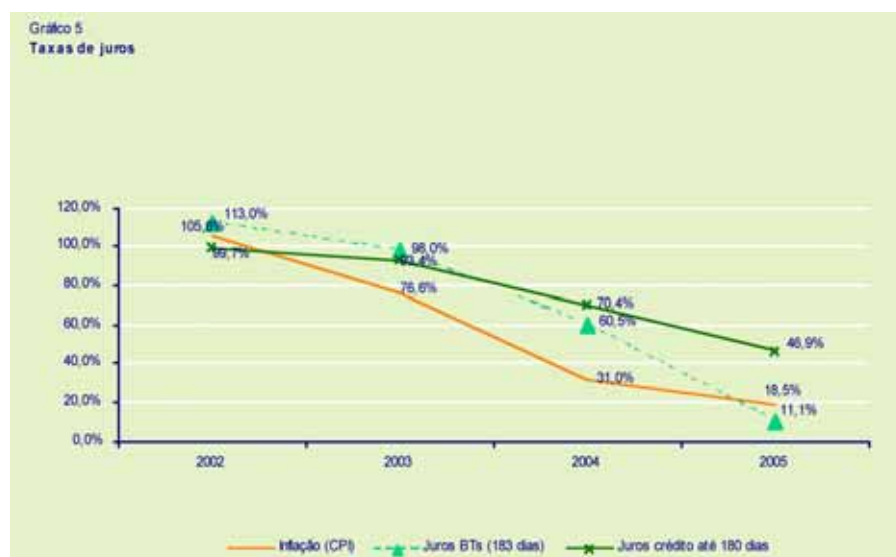
Medidas do Governo resultaram numa apreciação do Kwanza



Queda na taxa de inflação para 18,5%

As críticas relativas à possibilidade do Kwanza apreciado constituir um obstáculo ao desenvolvimento da economia, pondo em risco as exportações, têm sido contrapostas por autoridades e por diversos analistas, com o argumento de que ainda não existe produção local para enfrentar a concorrência externa, sendo, ao contrário, necessário favorecer a importação de bens de capital neste momento de reconstrução nacional.

O índice de inflação medido pelo CPI de Luanda tem vindo a cair consistentemente de 107,9% em 2002 para 18,5% em 2005 (ligeiramente inferior à meta de 15%). A redução brusca da inflação, combinada com um acentuado aumento da liquidez no sistema e o aumento da confiança nos títulos do Governo derrubaram as taxas de juros reais no mercado primário para níveis negativos (11,1% nominais para as últimas emissões de BT's a 180 dias). Ainda não existem mercados monetários secundários nem de capitais (a criação da Bolsa de Valores de Angola está prevista para o ano em curso).



Queda significativa nas taxas de juros

As taxas de juros médias das operações de crédito em Kwanzas ao sector empresarial (até 180 dias) caíram para 46,9% (contra 60,6% no ano anterior), aumentando significativamente o *spread* relativamente às emissões primárias de Títulos das Autoridades Monetárias, praticamente inexistente em anos anteriores (as taxas médias em dólares situaram-se em 8,61% contra 9,82% no ano anterior). Este cenário tem motivado o desenvolvimento de políticas de crédito mais activas, conferindo uma nova dinâmica ao sector bancário.

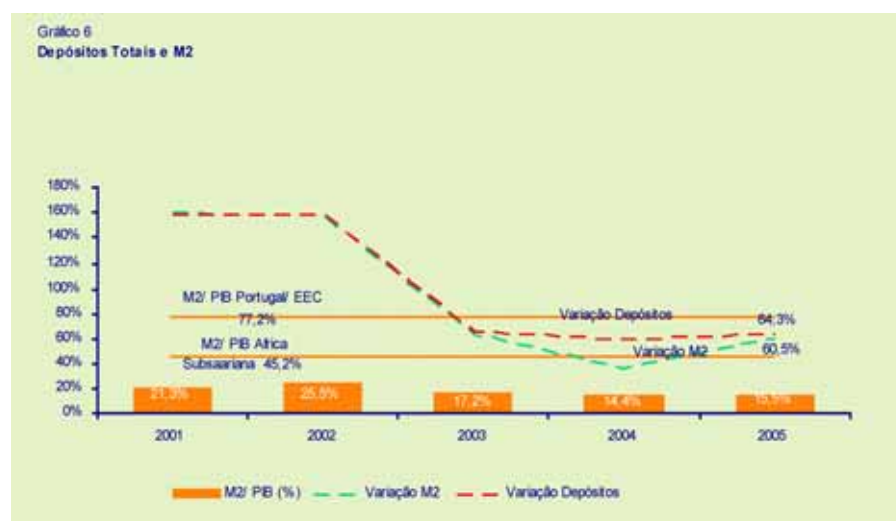
O saldo total da dívida pública interna tem vindo a crescer sob forma de emissão de títulos, destacando-se a emissão de Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, no montante de USD 200 milhões e prazo de sete anos, cujo objectivo é renovar os aviões da TAAG, e a venda de BTs, que ascendeu a USD 750 milhões contra USD 389 milhões no ano anterior.

Sistema Financeiro

Um sistema bancário em revolução

Apesar do significativo crescimento do sector financeiro ao longo dos últimos 5 anos, a economia Angolana ainda é pouco bancarizada, conforme evidenciado pelo indicador M2/ PIB que ficou em 15,5% em 2005, contra 45,2% da África Subsaariana (a título de comparação, 77,2% da média Europeia), o que deixa antever um forte potencial de crescimento para os próximos anos.

A economia Angolana
ainda é pouco bancarizada



No final de 2005, o sector era composto por doze bancos, quatro dos quais eram controlados por capitais Angolanos e cinco por capitais Portugueses. Apesar da forte presença Portuguesa no sector, tem-se assistido a um gradual crescimento dos capitais Angolanos, que, em 2005, já detinham 56% da base de depósitos (bancos Portugueses com 38,5%), contra 53% no ano anterior.

Tem-se assistido a um
gradual crescimento
dos capitais Angolanos

Durante o ano entrou em actividade o Banco BIC, em acelerada expansão, e foi autorizada a abertura de três novos bancos, todos eles de capitais Angolanos.

Nesta fase é possível observar diversas fragilidades típicas de um sistema financeiro em gestação e de uma economia pouco bancarizada, incluindo:

- Baixo nível de sofisticação tecnológica;
- Escassez de recursos humanos qualificados num contexto de forte crescimento (só em 2005 o sector contratou cerca de 900 pessoas passando a 4300 funcionários);
- Preferência cultural pelas transacções em moeda física, que atraem um número significativo de clientes para a boca do caixa impondo um peso administrativo significativo sobre as operações de *front-office*;
- Inexistência de mercados monetários e de capitais, limitando as alternativas para a remuneração dos activos;
- Reduzida qualidade de serviços e de sofisticação de produtos, sendo que as estratégias de segmentação de clientes são ainda um conceito recente.

Em 2005 o sector
contratou cerca de
900 pessoas, passando
a 4300 funcionários

O incremento do ambiente competitivo, principalmente a partir de 2005, tem vindo a estimular os operadores do sector a implementar as primeiras medidas para adaptar as suas ofertas aos requisitos específicos dos seus segmentos alvo. Várias estratégias têm surgido, incluindo conceitos de nicho, principalmente com focos em *corporate* e em *high-network individuals*. Verifica-se uma crescente atenção, por parte dos grandes bancos, ao segmento de retalho, com melhorias graduais nos procedimentos de atendimento ao público (ainda ineficiente), a expansão das redes de balcões com abertura de cerca de 70 novos balcões em todo o país para 230 (36% de crescimento), o lançamento do primeiro cartão de crédito Angolano, e uma incipiente oferta de crédito a particulares, com um predomínio do crédito à habitação.

Em Agosto de 2006 a EMIS possuía 110 caixas automáticas e 230 terminais de pagamento

Relativamente aos cartões de débito, verifica-se também a expansão da rede do sistema de pagamentos Multicaixa criada em 2003 e operada pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), que permite diversos tipos de operações bancárias processadas com a utilização de cartões electrónicos, incluindo levantamentos, pagamento de facturas e de cartões telefónicos de recarga, além da consulta de saldos. Em Agosto do ano corrente a EMIS já possuía 110 caixas automáticas e 230 terminais de pagamento (Multicaixas em estabelecimentos comerciais) com cerca de 180 mil aderentes distribuídos entre os vários bancos do sistema.

O Banco Nacional de Angola (BNA) lançou o Sistema de Pagamento Angolano em Tempo Real (SPTR), que efectuará o processamento automático, em tempo real, operação por operação, de transferências electrónicas de fundos interbancárias.

Quadro regulamentar moderniza-se

Nelson de Sousa - Consultor Fiscal Deloitte Angola

Nova legislação anuncia a criação daquilo que virá a ser um verdadeiro mercado financeiro

Pela importância de norma enformadora do mercado financeiro Angolano, vemo-nos forçados a referir as alterações introduzidas à Lei n.º 1/99, de 23 de Abril, diploma regulador dos princípios fundamentais reguladores do mercado financeiro Angolano.

Na verdade, não podemos falar de meras alterações cosméticas, a Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro, vem introduzir relevantes alterações àquilo que era a configuração original da Lei n.º 1/99, relevantes, acima de tudo, pelo seu significado.

As alterações referidas vêm anunciar a criação daquilo que virá a ser, esperamos, um verdadeiro mercado financeiro, definindo, desde logo, os tipos de veículos que poderão vir a circular nesse mercado, bem como as entidades que terão por missão manter esses mesmos veículos em boa rota, evitando 'acidentes' de percurso.

Surge, nesse âmbito, a referência à Comissão do Mercado de Capitais, ficando as instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais sujeitas à sua supervisão.

Aguarda-se, com expectativa, o início de actividade da nova entidade reguladora do mercado de capitais, bem como a preparação e publicação do pacote legislativo que se impõe em matéria reguladora do âmbito e objecto da actividade permitida aos diversos tipos societários de instituições financeiras não bancárias que carecem ainda de regulamentação.

Em matéria de supervisão, vale a pena referir a grande alteração que se verificou no que se refere ao regime de auditores externos. Na verdade, se anteriormente se exigia apenas uma auditoria externa de dois em dois anos, po-

dendo o BNA, eventualmente, determinar a realização de auditorias externas extraordinárias, actualmente, as auditorias externas regulares são de periodicidade anual, não podendo o mesmo auditor contratado pela instituição financeira deter-se mais de quatro anos consecutivos nessas funções, voltando a ser seleccionável apenas após decorrido igual período.

No que respeita a normas regulamentares, emitidas pelo BNA, em 2005, é de referir:

- Instrutivo n.º 01/2005, de 30 de Agosto, que veio reestruturar o Plano de Contas das Instituições Financeiras, para o registo contabilístico das operações bancárias;
- Aviso n.º 01/05, de 12 de Setembro, estabelecendo regras de contabilização para as acções emitidas pelas próprias instituições financeiras e mantidas em tesouraria ou para anulação;
- Aviso n.º 02/2005, de 9 de Novembro, estabelecendo os procedimentos das operações de empréstimo do BNA às instituições financeiras, em ambiente de funcionamento de mercado de activos que permite a realização ágil de operações de compra com compromisso de revenda;
- Aviso n.º 03/2005, de 9 de Novembro, que veio implementar o Sistema de Pagamentos em Tempo Real;
- Aviso n.º 04/2005, de 27 de Dezembro, determinando os procedimentos para a aplicação dos recursos em moeda estrangeira provenientes do exterior, de investidores não residentes cambiais na compra de títulos da dívida pública.



Depósitos mobilizam o sector financeiro

Ao fim de 2005 a base de depósitos era de USD 4,6 biliões, como resultado de um crescimento médio anual de 19% reais nos últimos 5 anos, com um pico de 38,7% reais em 2005 (64,5% nominais). Esta evolução é justificada pelo forte aquecimento da economia Angolana na sequência do crescimento das receitas petrolíferas, pela acentuada redução dos níveis de inflação nos últimos dois anos e pela injeção de liquidez resultante do crescimento da despesa pública no âmbito da implementação do PGG - Plano Geral de Governo.



Os fundamentos acima justificam parcialmente a distribuição do crescimento dos depósitos entre os operadores do sistema, tendo o BPC e o BAI registado taxas de crescimento significativamente superiores à média de mercado (89% e 79%, respectivamente, contra 64% do mercado). Como resultado, o BPC passou a ficar tecnicamente empatado com o BFA na liderança por depósitos. O BPC centraliza a gestão das contas bancárias do Governo Central, mediante um sistema de remuneração previsto contratualmente com o Ministério das Finanças (uma vez que a totalidade destes depósitos são obrigatoriamente constituídos como reservas no BNA) e o BAI faz parte do Grupo Sonangol.

As operações estão fortemente concentradas em três bancos (BFA, BPC e BAI), que possuem, em conjunto, 71% da base de depósitos. O Banco BIC, inaugurado em meados de 2005, entrou na liga dos cinco maiores bancos de Angola, na óptica dos depósitos mais outros recursos de clientes, devido ao forte crescimento que o deixou com uma quota de 6,8% deste agregado no fim do ano.

O baixo nível de poupança reflecte-se na predominância dos depósitos à ordem como instrumentos de captação de recursos, mas a participação dos depósitos a prazo tem vindo a aumentar. Verifica-se também uma crescente participação das operações de venda de títulos com opção de recompra motivada pela maior oferta de títulos públicos na economia.

Os rankings de depósitos em 31 de Dezembro de 2005, com e sem inclusão de outros recursos dos clientes (onde se incluem as operações de venda de títulos com opção de recompra), é o seguinte:

Tabela 3

Tabela 4

**BFA e BPC tecnicamente
empatados na liderança
por depósitos**

RANKING DEPÓSITOS			RANKING DEPÓSITOS MAIS OUTROS RECURSOS DE CLIENTES		
Ranking	Banco	Quota	Ranking	Banco	Quota
1	BPC	25,2%	1	BFA	24,1%
2	BFA	25,0%	2	BPC	24,0%
3	BAI	20,9%	3	BAI	20,9%
4	BESA	7,7%	4	BESA	6,9%
5	BCI	5,7%	5	BIC	6,8%
6	BIC	4,8%	6	BCI	5,1%
7	BTB	3,5%	7	BTB	3,7%
8	Sol	3,2%	8	Sol	3,2%
9	BCA	1,6%	9	BCA	2,8%
10	Keve	1,1%	10	Keve	1,4%
11	BCP	1,1%	11	BCP	1,0%
12	Novo Banco	0,1%	12	Novo Banco	0,1%

Fonte Demonstrações financeiras e BNA

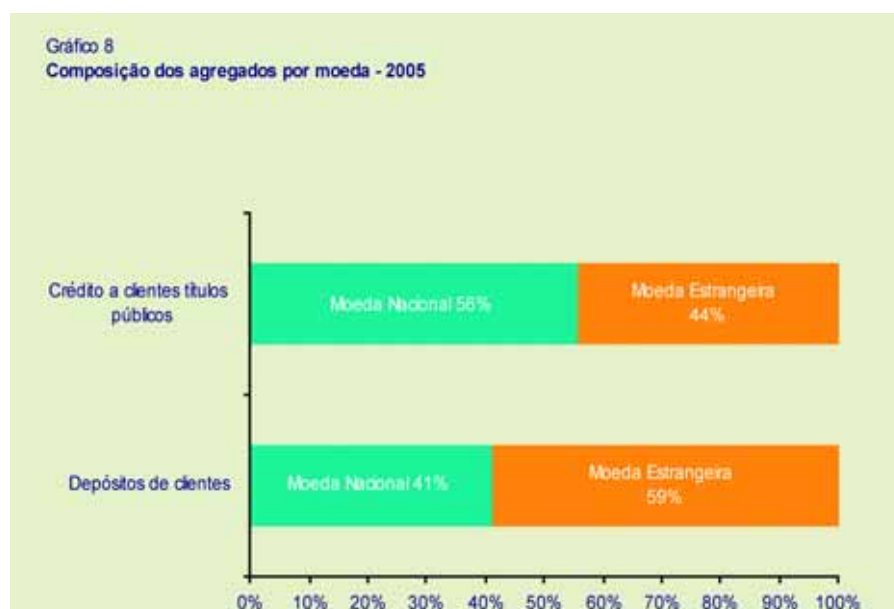
Actuação dos bancos dominada pela liquidez

As operações dos bancos e, consequentemente, a estrutura dos seus balanços consolidados, são obviamente influenciados pelas características da economia Angolana e pelo actual estágio de desenvolvimento do sector financeiro. O papel dos bancos como agentes de intermediação de poupança tem vindo a crescer mas ainda não domina a lógica operativa do sistema, mais influenciado pela sua função como intermediário de transacções em moeda nacional e estrangeira.

Descrevemos a seguir o impacto destes fundamentos sobre os elementos chave da estrutura consolidada dos balanços dos bancos (e mais à frente sobre os indicadores de rentabilidade), incluindo o elevado peso dos activos não remunerados na estrutura de balanço e a preferência pelo Governo como principal credor do sistema (reflectido no crescimento da carteira de títulos públicos e na baixa taxa de transformação de depósitos em crédito ao sector privado).

**57% da base de
depósitos e 44% do
crédito denominados
em moeda estrangeira**

A significativa participação do comércio externo na economia, aliada a uma história recente de instabilidade do Kwanza (só recentemente controlada), fundamentam uma elevada dolarização do sistema (um dos mais dolarizados do mundo), sendo que 59% da base de depósitos e 44% do crédito aos sectores público e privado em 31 de Dezembro de 2005 eram denominados em moeda estrangeira.



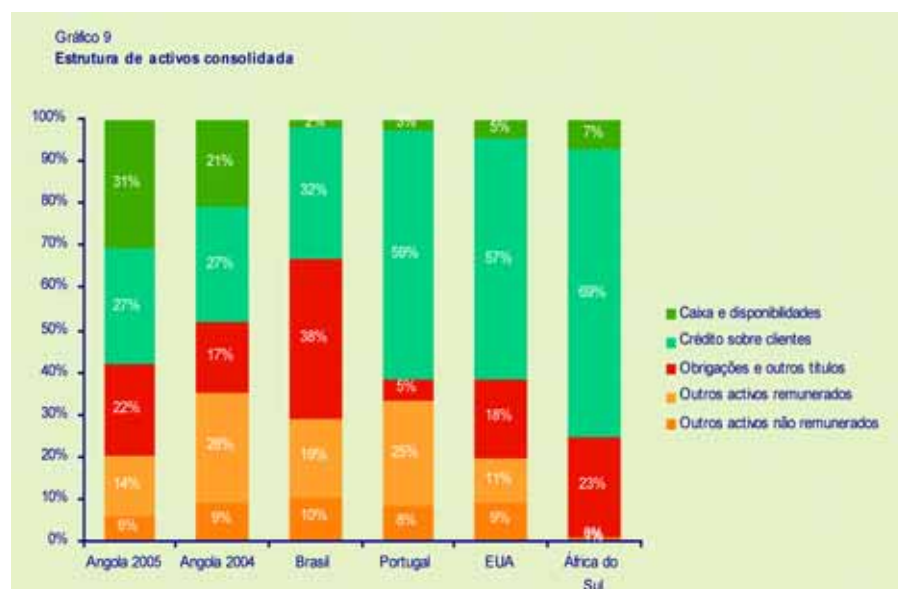
É possível que um dos efeitos da predominância, ou relevância, da moeda estrangeira na estrutura de balanço (que tendem a apresentar *spreads* mais reduzidos), seja uma maior rigidez nas taxas de juros para operações de crédito em Kwanzas.

No final de 2005, cerca de 37% dos activos dos bancos eram não-remunerados, média bastante superior à dos sistemas bancários de economias desenvolvidas (*representadas no gráfico 9 para efeitos comparativos*). Vários factores contribuem para o baixo nível de remuneração dos activos, incluindo a preferência dos agentes económicos por utilização de moeda física (*o numerário representa 4% do activo total*), a taxa de 100% para as reservas obrigatórias sobre os depósitos à ordem do Governo Central no BPC, a relevância do comércio externo na economia Angolana, que obriga os bancos a manterem elevados saldos em depósitos nos correspondentes (muitos deles não remunerados) e a escassez de alternativas para a remuneração de activos em moeda nacional.

A participação dos activos não-remunerados na estrutura de activos do sistema subiu relativamente ao ano anterior, influenciada pela forte injeção de liquidez no último trimestre ainda não absorvida pela economia, que se reflectiu no aumento dos depósitos do Governo no BPC (sobre os quais incidem 100% de reservas obrigatórias) e no aumento dos depósitos à ordem dos bancos em correspondentes, ainda não transformados em aplicações remuneradas (principalmente do BAI).



Peso dos activos não-remunerados bastante superior ao verificado em economias desenvolvidas

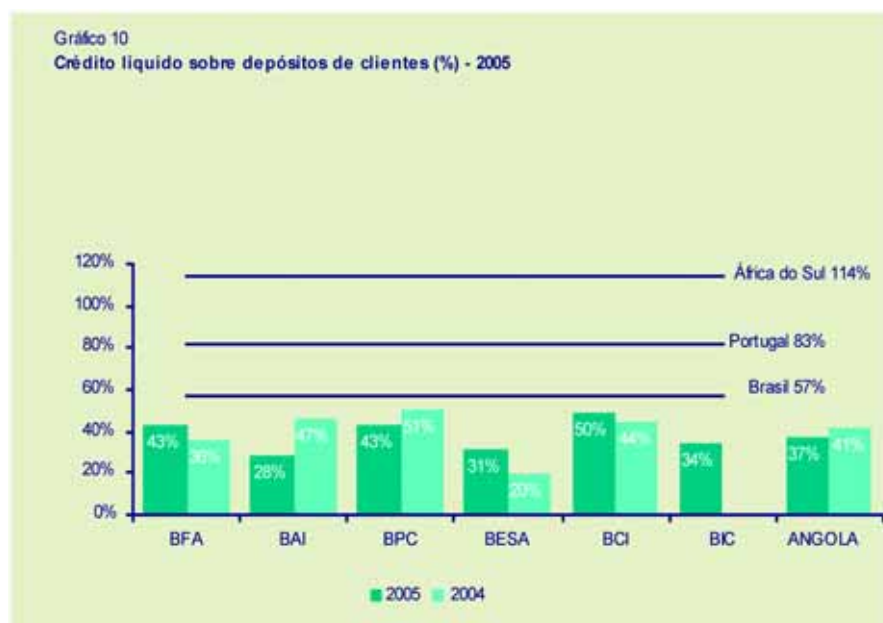


Bancos atentos ao potencial do crédito

A combinação de factores como a abrupta redução nas taxas de juros dos Títulos Públicos, o significativo aumento na liquidez do sistema e a escassez de alternativas para a remuneração de activos tornou os prémios praticados nas operações de crédito bastante mais atractivos para os bancos.

Apesar de, em 2005, o peso do crédito sobre o total do activo do sistema ter-se mantido inalterado, este agregado teve um crescimento nominal de 54% relativamente ao ano anterior, para USD 1,8 biliões, crescimento, ainda assim, inferior ao dos depósitos. A taxa de conversão de depósitos em crédito reduziu-se para 37% (contra 41% no ano anterior), bastante baixa relativamente a economias desenvolvidas ou mesmo a outros países em desenvolvimento. Por exemplo, o Brasil, que tem um problema crónico de dívida pública interna, levando o Governo a disputar fortemente o crédito disponível com o sector privado, tem uma taxa de conversão de 57% (*ver gráfico 10*).

Aumento na liquidez e redução nos juros dos títulos públicos tornaram o crédito mais atractivo para os bancos



A redução na taxa de transformação em 2005 deve-se à injeção de liquidez no último trimestre, canalizada principalmente pelo BPC e pelo BAI. Os restantes bancos reflectem, em geral, um aumento neste rácio.

Títulos Públicos cresceram 100% e são as únicas formas de remuneração de activos, além do crédito e correspondentes

O saldo nas contas de Obrigações e Outros Títulos tem um peso somente ligeiramente inferior ao do crédito na estrutura dos activos correspondendo, quase que na totalidade, a Títulos da Dívida Pública. Estes títulos, sob forma de Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro (em Moeda Nacional e Estrangeira) apresentam-se neste momento como as únicas formas de remuneração dos activos, fora o crédito e aplicações em correspondentes.

A crescente aceitação deste tipo de instrumentos pelo mercado, tem conduzido a um aumento dos níveis das emissões, tanto para complementar os esforços de financiamento do programa de investimentos públicos, quanto para complementar o leque de instrumentos de gestão de liquidez à disposição do BNA, além dos mercados cambiais.

O montante total aplicado em Títulos da Dívida Pública pelos bancos, ascendeu a aproximadamente USD 1.400 milhões contra USD 680 milhões no ano anterior, correspondendo a um crescimento de cerca de 100%.

Bancos são conservadores na avaliação dos riscos

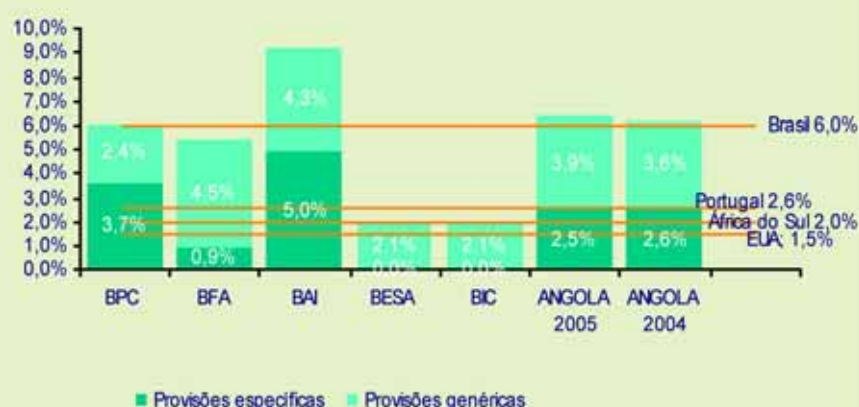
Apesar de se começarem a verificar políticas de crédito mais activas, a postura dos bancos ainda é bastante conservadora relativamente à avaliação dos riscos, como pode ser constatado pela reduzida taxa de conversão de depósitos em crédito. Um parâmetro indicativo (mas relativamente rudimentar) da qualidade da carteira de crédito do sistema é a relação entre as provisões totais de crédito sobre o crédito bruto. Estas provisões são calculados de acordo com os termos regulamentares do BNA.

Nível de provisionamento bastante superior ao das economias desenvolvidas manteve-se constante

Evidentemente, o nível médio de provisionamento do sistema bancário Angolano é bastante superior ao das economias desenvolvidas (com impacto sobre as taxas de juros praticadas nestas operações), mas tem vindo a manter-se constante em cerca de 6%, comparável ao Brasil (que tem problemas estruturais de recuperabilidade). O BPC e o BAI apresentam níveis de provisionamento superiores à média dos bancos (principalmente se analisado sob a perspectiva das provisões específicas, que têm uma relação mais directa com o crédito vencido).



Gráfico 11
Provisões de crédito/ crédito bruto (%) - 2005



Elevada rentabilidade é janela de oportunidade

Com resultados consolidados na ordem de USD 219 milhões (excluindo o BCI), contra USD 113,1 milhões no ano anterior, o sector bancário Angolano tem apresentado, nos últimos dois anos, uma das mais elevadas taxas de rentabilidade do mundo, com reembolso médio dos capitais investidos em 2,5 anos, equivalente a um ROAE(%) - Retorno sobre os capitais próprios médios de 42,5% em 2005, contra 34,2% no ano anterior.

O sector bancário
Angolano apresenta uma
das mais elevadas taxas de
rentabilidade do mundo

Tabela 5

INDICADORES DE RENTABILIDADE						
	Angola 2005	Angola 2004	Brasil	Portugal	EUA	África do Sul
Margem financeira (%)	5,6%	6,4%	5,8%	1,9%	3,1%	2,7%
Margem complementar (%)	3,9%	7,3%	3,3%	1,9%	2,3%	3,0%
Produto interno bruto (%)	9,4%	13,7%	9,1%	3,8%	5,4%	5,7%
Cost-to-income	40%	40%	70%	70%	59%	64%
Custos de exploração (%)	-3,8%	-5,5%	-6,3%	-2,6%	-3,2%	-3,6%
Outras despesas (%)	-1,6%	-4,4%	-1,1%	-0,4%	-0,9%	-1,0%
ROAA (%)	4,1%	3,8%	1,7%	0,7%	1,3%	1,1%
Alavancagem média	10,4	8,9	9,4	15,6	10,4	14,1
ROAE (%)	42,5%	34,2%	15,9%	11,6%	13,6%	15,7%

Fonte: Demonstrações financeiras dos bancos, Bankscope 2004, FDIC Database 2004

Redução dos juros,
compensados com
aumento do volume
das operações

Entre 2004 e 2005 verificaram-se alterações importantes nos fundamentos da economia e no ambiente competitivo do sector que provocaram modificações estruturais nos factores de formação das margens do sistema e, apesar de nem todos favoráveis aos bancos, contribuíram conjuntamente para um aumento no ROAE (%), a saber:

- O efeito sobre as margens financeiras (%) das abruptas reduções nas taxas de juros em todos os tipos de activos foi compensado com o crescimento de 64% na base de depósitos do sistema, predominantemente não remunerados ou remunerados a taxas reais negativas.
- A substancial redução nas margens complementares relativas ao activo (motivada pelo desaparecimento dos resultados de reavaliação das posições cambiais dos bancos na sequência da estabilização cambial e pelo impacto do aumento da concorrência sobre as comissões) foi compensada com uma redução proporcional nos custos de exploração e outras despesas (relativos ao activo).
- O crescimento da base de depósitos resultou num aumento na alavancagem e, consequentemente, numa maior apropriação dos atractivos coeficientes de Rentabilidade dos Activos do Sistema (ROAA%) pelos accionistas (ROAE%).

**Retorno sobre os activos
(ROAA%) de 4% é o
quádruplo dos países
desenvolvidos**

Os factores estruturais que contribuíram para um ROAA% significativamente superior às médias internacionais (4,1% contra aproximadamente 1% em economias mais desenvolvidas) incluem:

Elevadas margens financeiras (%)

A grosso modo, o dobro das economias mais desenvolvidas e equivalente ao Brasil, que é reconhecidamente o país com as taxas de juros reais mais elevadas do mundo. As elevadas margens financeiras em Angola resultam, fundamentalmente, de um sistema inserido num contexto inflacionário, com uma estrutura de *funding* alicerçada em depósitos à ordem remunerados a taxas reais negativas, estrutura típica de países com sistemas financeiros em desenvolvimento.

Elevadas margens complementares (%)

Até 2004, este indicador chegava ao triplo dos sistemas financeiros analisados, influenciado pela instabilidade cambial que se traduzia em elevados lucros nas reavaliações das posições cambiais dos bancos e em elevadas comissões de operações cambiais.

Com a estabilização cambial verificada a partir de 2005, o acentuado crescimento nos activos do sistema e uma redução nas comissões motivada pelo forte aumento da concorrência entre os bancos privados, principalmente no último semestre, este indicador caiu praticamente para metade, ainda assim substancialmente superior ao verificado nas economias desenvolvidas ilustradas nesta análise.

Cost-to income bastante inferior às médias internacionais

Aparentemente um contra-senso pois parece reflectir níveis de eficiência superiores aos sistemas financeiros desenvolvidos, justifica-se pela baixa complexidade do sistema, pela reduzida predominância do retalho e por uma lógica operativa desenhada à volta das operações cambiais e outras actividades comissionadas.

A estabilidade económica e a entrada de novos bancos no sistema já começam a provocar mudanças nos modelos de negócio dos maiores bancos, que têm investido em estratégias de segmentação e numa maior ênfase no retalho. A abertura de agências em todo país, a criação de novos canais de distribuição e o investimento em soluções tecnológicas mais sofisticadas são prenúncios destas mudanças e irão provavelmente influenciar negativamente este indicador.



O ranking de rentabilidade entre os bancos do sistema é o seguinte:

Tabela 6

RANKING DE RENTABILIDADE					
Ranking	Banco	Roae(%)	2005 Alavancagem	Roaa(%)	2004 Roae(%)
1	BESA	88,7%	9,9	9,0%	74,3%
2	BIC	88,6%	36,5	2,4%	na
3	BFA	52,8%	9,7	5,3%	39,7%
4	BTB	47,7%	4,8	9,0%	33,8%
5	BPC	42,5%	16,0	2,8%	38,3%
6	BCP	37,1%	2,7	13,8%	5,8%
7	Keve	34,3%	5,8	5,5%	33,4%
8	Sol	33,0%	15,4	2,5%	31,5%
9	BAI	31,9%	14,8	2,5%	28,2%
10	BCA	20,8%	7,3	2,7%	21,7%
11	Novo Banco	-5,1%	1,6	-3,7%	-1,1%
12	BCI	nd	nd	nd	11,1%

Fonte: Demonstrações financeiras dos bancos

BESA e BIC
reembolsaram capital
em cerca de um ano

Destacam-se o BESA e o BIC (este no primeiro ano de operações), com reembolso dos capitais próprios em prazos próximos de um (1) ano, sendo que os resultados do BESA são impulsionados por níveis impressionantes de remuneração de activos e os do BIC pela elevada alavancagem.



Desenvolvimento recente e perspectivas

De acordo com projecções do FMI e do Ministério das Finanças de Angola, em 2006 deverão manter-se os confortáveis padrões de evolução macroeconómicos verificados nos anos anteriores. O sector financeiro continuará em forte crescimento, mas apresentará, provavelmente, retornos mais reduzidos.

Os acontecimentos relevantes em 2006 e perspectivas a médio prazo são os seguintes:

Crescimento económico deverá manter-se até 2010

Ao nível da economia real

- Crescimento do PIB (revisto em baixa em Junho) de 15,5%, sendo que projecções do FMI apontam para um crescimento médio superior a 13% ao ano entre 2006 e 2010. Vale a pena notar que, ao contrário daquilo que estava previsto inicialmente, as projecções revistas indicam que o sector não petrolífero irá liderar o crescimento, com 16,2% contra 15% do sector petrolífero. O sector de construção surge como o sector com maior crescimento;
- Continuação do ritmo de crescimento das reservas internacionais, que atingiram recentemente, de acordo com informações divulgadas pelo Governo, USD 5 biliões de dólares, um crescimento de 36% relativamente a Dezembro e 2005;
- Crescimento previsto de 73% na despesa pública (aumento na ordem dos USD 7.300 milhões), apesar do substancial aumento verificado nas receitas petrolíferas, que irá criar um défice orçamental de 6,5% do PIB (este nível de investimento representará um enorme desafio sobre a capacidade de absorção da economia e exercerá uma pressão intensa sobre a máquina pública).

Ao nível da economia monetária

- Continuação da rota descendente da inflação, que deverá atingir a meta de 10% definida pelas autoridades;
- Manutenção da estabilidade das taxas de câmbio que, de momento, mantêm-se nos níveis do início do ano;
- Crescimento substancial da massa monetária, previsível em função do ritmo divulgado de crescimento dos depósitos até Junho e do aumento da despesa pública (que poderá acarretar alguns riscos inflacionários a médio prazo);

- Continuidade na redução das taxas de juros nas emissões primárias de títulos da dívida pública, como resultado de uma expansão na base monetária do sistema superior à capacidade de absorção da economia (devendo, no entanto, chegar ao piso este ano, devido ao risco de reactivação da inflação). A cotação média para as últimas colocações de BT's foi de 3,13%;
- Continuidade na redução nas taxas médias de juros de crédito, devido ao aumento da concorrência mas de forma menos acelerada do que nos anos anteriores, também com probabilidade de chegar ao piso este ano e tendência para o alargamento nos diferenciais entre as *Prime Rates* e as médias de mercado. O BNA está a desenvolver, com a USAID, um diagnóstico da situação do acesso ao crédito bancário;
- Continuação da preferência das autoridades pela utilização do câmbio como instrumento de gestão monetária, em detrimento dos Títulos Públicos, evidenciada pela estabilização do *stock* da dívida pública verificada até Junho do ano corrente num contexto de expansão monetária.

Ao nível do sector financeiro

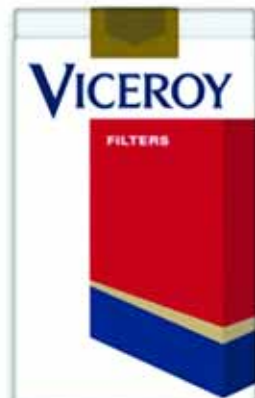
O sistema financeiro continua a crescer a um ritmo acelerado mas, apesar disso, deverá apresentar menor rentabilidade relativamente a 2005, devido a um maior achatamento nos *spreads* e ao impacto da maior agressividade do ambiente competitivo sobre as comissões de serviço e os custos de exploração, que deverão reflectir investimentos em curso na expansão das redes comerciais do retalho pelos maiores bancos comerciais.

Os dados disponíveis no BNA relativamente ao sistema financeiro até Junho de 2006 (seis meses), demonstram o seguinte:

- A base de depósitos cresceu 30% (cerca de 25% reais) para 6,97 biliões de dólares, anteendo-se uma manutenção deste ritmo até ao final do ano corrente;
- A carteira de crédito cresceu cerca de 38%, absorvendo somente metade da injeção de recursos injectados no sistema via depósitos;
- A expansão do crédito deu-se predominantemente em moeda estrangeira, situação motivada por um significativo diferencial entre as taxas de juros em Kwanzas e em moeda estrangeira, num contexto de estabilidade monetária;
- O quadro competitivo sofreu mudanças importantes, com a ascensão do BIC à quarta posição em termos de depósitos, atingindo uma quota de 10,7% em Junho (contra 5% em Dezembro de 2005). O BPC, por sua vez, assumiu a liderança clara nos depósitos;
- Prevê-se a abertura de pelo menos três novos bancos de capital Angolano, já licenciados pelo BNA, sendo dois privados (BPA e BNI) e um público, o BDA, a ser criado pelo Governo com capitais provenientes das receitas petrolíferas, com o objectivo preconizado de acelerar a concretização dos investimentos previstos no PGG;
- O BCP Millenium Angola passou de sucursal para banco de direito angolano;
- A Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BVDA) deverá arrancar no final deste ano com 25 subscritores e um capital social de 15 milhões de dólares, de acordo com o Estatuto Social da BVDA, cuja constituição aconteceu em Março do ano corrente.

Em 2006 os bancos mantêm o crescimento mas as margens deverão cair

Em 2006, o BPC assume a liderança por depósitos e o BIC conquista 10,7% do mercado



Uma equipa vencedora.

F U M A R É U M R I S C O P A R A A S U A S A Ú D E .

Num mercado cada vez mais competitivo e exigente, a British American Tobacco Angola tem ao dispor dos consumidores adultos que optaram por fumar, um vasto leque de marcas de qualidade que produz, representa e distribui por toda Angola.

Possuindo cada marca características únicas e um posicionamento exclusivo, a British American Tobacco Angola orgulha-se desta sua "equipa" que todos os dias lhe traz vitórias e dá motivos para continuar a trabalhar.

Rua Deolinda Rodrigues N°535/539 C - B, C.P.:1263, Luanda - Angola
Tel.: +244 222 260 158 / 180
E-mail: batangola@bat.com
website: www.bat.com



**BRITISH AMERICAN
TOBACCO**
ANGOLA

Informações financeiras dos bancos

Demonstrações financeiras consolidadas • 2005 e 2004

Demonstrações financeiras dos bancos • 2005

Demonstrações financeiras dos bancos • 2004

Indicadores consolidados • 2005 e 2004

Indicadores dos bancos • 2005 e 2004

Demonstrações financeiras consolidadas - 2005 e 2004

Balanços

MILHÕES DE KWANZAS	31/12/2005 DF's Publicadas ⁽¹⁾	31/12/2005 BNA ⁽²⁾	31/12/2004 DF' Publicadas ⁽¹⁾	2005/04 Variação ^(%)
Activo				
Caixa e disponibilidades				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	102.548	111.700	55.033	86%
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	33.615	52.875	17.295	94%
Outros créditos sobre instituições de crédito	91.505	76.871	89.594	2%
Crédito sobre clientes	135.470	144.595	93.770	44%
Obrigações e outros títulos	111.248	115.953	58.225	91%
Outros activos e participações financeiras	33.353	29.399	31.071	7%
TOTAL DO ACTIVO	507.738	531.393	344.988	47%
Passivo				
Recursos de outras Inst. Crédito	2.855	3.696	531	437%
Depósitos de clientes à vista	277.883	260.766	167.363	66%
Depósitos de clientes a prazo	84.391	112.946	60.033	41%
Outros recursos e passivos	87.176	91.136	71.453	22%
Provisões	9.397	11.890	8.362	12%
Fundos próprios	46.037	50.959	37.246	24%
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	507.738	531.393	344.988	47%
Fontes				
1 Demonstrações financeiras publicadas dos bancos				
2 Banco Nacional de Angola				

Demonstrações de resultados

MILHÕES DE KWANZAS	2005	2004	2005/04 Variação ^(%)
1. Juros e proveitos equiparados	37.303	20.954	78%
2. Juros e custos equiparados	13.073	4.680	179%
3. Margem financeira [1-2]	24.230	16.274	49%
4. Margem complementar	16.738	18.517	-10%
5. Produto bancário bruto [3+4]	40.968	34.791	18%
6. Provisões do exercício	4.116	7.483	-45%
7. Produto bancário líquido de provisões [5-6]	36.851	27.308	35%
8. Custos de exploração	16.416	13.976	17%
9. Resultados operacionais [7-8]	20.436	13.332	53%
10. Resultado extraordinário	463	1.677	-72%
11. Resultado antes de impostos [9-10]	20.898	15.010	39%
12. Provisão imposto sobre lucro	3.216	5.282	-39%
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]	17.682	9.727	82%
Fontes			
Demonstrações financeiras publicadas dos bancos			

Demonstrações financeiras dos bancos - 2005

Balanços em 31 de Dezembro de 2005

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	BCP	BESA	BFA	BIC ⁽²⁾	BPC	BTA	Keve	Novo Banco	Sol
Activo												
Caixa e disponibilidades												
Caixa e disponibilidades no Banco Central	15.419	3.402	--	1.738	6.822	14.278	4.955	48.755	3.015	1.040	105	3.018
Disponibilidades à vista sobre ICs	16.389	2.107	--	464	4.546	1.237	737	3.858	2.397	967	39	874
Outros créditos sobre instituições de crédito	26.153	889	--	1.091	0	33.173	4.339	16.230	4.157	474	0	5.000
Crédito sobre clientes	22.907	2.614	--	1.743	9.144	41.527	6.234	41.867	4.353	2.304	350	2.427
Obrigações e outros títulos	14.024	5.647	--	2.921	15.256	33.293	14.080	13.600	7.056	2.460	16	2.895
Outros activos e participações financeiras	8.715	1.434	--	494	2.891	4.030	3.947	8.910	1.210	647	119	955
TOTAL DO ACTIVO	103.608	16.093	--	8.450	38.659	127.538	34.292	133.220	22.188	7.893	629	15.170
Passivo												
Recursos de outras Inst. Crédito	0	0	--	0	2.801	0	30	--	24	0	0	0
Depósitos de clientes à vista	69.325	5.623	--	3.506	17.158	66.136	14.611	82.064	11.002	3.116	186	5.156
Depósitos de clientes a prazo	11.140	485	--	610	12.523	30.053	3.932	14.777	2.552	1.146	34	7.139
Recursos de outras entidades e outros passivos	14.757	7.622	--	1.074	2.094	15.912	14.571	23.484	3.665	2.170	11	1.816
Provisões	1.395	153	--	125	192	2.272	210	4.563	299	102	14	71
Fundos próprios	6.990	2.210	--	3.134	3.891	13.165	938	8.332	4.646	1.358	385	987
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	103.608	16.093	--	8.450	38.659	127.538	34.292	133.220	22.188	7.893	629	15.170
Fontes												
Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e Questionários preenchidos pelos bancos												
Notas												
1 Demonstrações financeiras não disponíveis à data do relatório • 2 O BIC iniciou actividade em Junho de 2005												

Demonstrações de resultados em 2005

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI ⁽¹⁾	BCP	BESA	BFA	BIC ⁽²⁾	BPC	BTA	Keve	Novo Banco	Sol
1. Juros e proveitos equiparados	5.448	2.141	--	1.000	5.544	9.903	1.205	8.487	2.400	1.069	107	709
2. Juros e custos equiparados	1.717	1.299	--	47	1.908	2.311	670	4.457	240	421	4	278
3. Margem financeira [1-2]	3.731	842	0	953	3.635	7.592	534	4.030	2.160	648	103	431
4. Margem complementar	3.302	651	--	364	1.427	4.121	686	5.024	767	386	11	463
5. Produto bancário bruto [3+4]	7.032	1.493	0	1.317	5.062	11.713	1.221	9.054	2.927	1.035	114	894
6. Provisões do exercício	981	306	--	57	198	1.401	215	809	42	94	14	14
7. Prod. bancário líq. de provisões [5-6]	6.051	1.187	0	1.260	4.864	10.312	1.005	8.246	2.886	940	100	880
8. Custos de exploração	3.034	887	--	225	2.082	3.158	590	5.135	729	454	121	601
9. Resultados operacionais [7-8]	3.017	300	0	1.034	2.782	7.154	416	3.111	2.157	486	-20	279
10. Resultado extraordinário	360	63	--	0	-1	4	0	-28	16	48	0	-5
11. Resultado antes de impostos [9-10]	3.377	363	0	1.034	2.781	7.158	416	3.083	2.173	535	-20	274
12. Provisão imposto sobre lucro	1.191	0	--	0	33	1.301	0	121	383	187	0	3
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]	2.185	363	0	1.034	2.747	5.857	416	2.962	1.790	347	-20	271
Fontes												
Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e Questionários preenchidos pelos bancos												
Notas												
1 Demonstrações financeiras não disponíveis à data do relatório • 2 O BIC iniciou actividade em Junho de 2005												

Demonstrações financeiras dos bancos - 2004

Balancos em 31 de Dezembro de 2004

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI	BCP	BESA	BFA	BPC	BTA	Keve	Novo Banco	Sol
Activo											
Caixa e disponibilidades											
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10.508	1.413	4.136	1.196	2.245	11.522	21.028	1.890	459	39	598
Disponibilidades à vista sobre ICs	5.555	954	1.557	105	86	1.322	4.392	2.600	61	200	462
Outros créditos sobre instituições de crédito	21.423	1.235	5.907	2.330	5.481	35.340	9.683	4.596	729	0	2.869
Crédito sobre clientes	19.803	2.389	8.006	1.411	3.360	24.626	27.683	2.991	2.071	104	1.327
Obrigações e outros títulos	5.164	2.766	5.688	1.365	9.185	16.537	10.641	5.086	1.125	94	574
Outros activos e participações financeiras	8.909	2.282	7.334	127	2.243	3.830	5.020	400	370	56	500
TOTAL DO ACTIVO	71.361	11.039	32.629	6.533	22.601	93.176	78.447	17.563	4.816	493	6.331
Passivo											
Recursos de outras Inst. Crédito	0	0	0	0	399	0	0	30	0	0	103
Depósitos de clientes à vista	34.802	4.221	15.583	3.172	8.127	45.796	40.793	9.762	1.902	61	3.145
Depósitos de clientes a prazo	7.737	1.117	583	418	9.059	23.132	13.383	1.976	690	4	1.934
Recursos de outras entidades e outros passivos	21.043	4.270	10.449	395	2.640	13.266	14.825	2.650	1.455	8	453
Provisões	1.046	156	763	102	74	1.944	3.847	288	103	3	36
Fundos próprios	6.733	1.275	5.252	2.446	2.301	9.039	5.599	2.857	666	417	659
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	71.361	11.039	32.629	6.533	22.601	93.176	78.447	17.563	4.816	493	6.331
Fontes											
Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e Questionários preenchidos pelos bancos											

Demonstrações de resultados em 2004

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI	BCP	BESA	BFA	BIC	BPC	BTA	Keve	Novo Banco	Sol
1. Juros e proveitos equiparados	3.064	1.025	1.363	675	1.901	5.435		5.125	1.552	543	47	225
2. Juros e custos equiparados	553	655	282	9	232	1.326		1.425	79	89	0	29
3. Margem financeira [1-2]	2.511	369	1.080	666	1.670	4.109		3.700	1.472	454	47	196
4. Margem complementar	3.101	792	1.488	358	1.205	4.431		5.483	849	359	16	436
5. Produto bancário bruto [3+4]	5.612	1.161	2.568	1.023	2.875	8.540		9.183	2.321	814	63	632
6. Provisões do exercício	368	252	1.016	748	44	1.685		2.656	357	263	32	62
7. Prod. bancário líquido de provisões [5-6]	5.243	909	1.552	276	2.831	6.855		6.527	1.964	551	31	570
8. Custos de exploração	2.354	665	2.274	155	1.013	2.374		3.861	599	283	33	363
9. Resultados operacionais [7-8]	2.889	244	-723	120	1.818	4.481		2.666	1.365	267	-2	207
10. Resultado extraordinário	169	-13	1.541	0	-1	-14		-18	13	-1	0	2
11. Resultado antes de impostos [9-10]	3.058	231	819	120	1.817	4.467		2.648	1.378	266	-2	209
12. Provisão imposto sobre lucro	1.255	0	287	0	636	1.563		927	482	96	0	37
13. Resultado (lucro) líquido [11-12]	1.802	231	532	120	1.181	2.904		1.721	895	170	-2	173
Fontes												
Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e Questionários preenchidos pelos bancos												



Indicadores consolidados - 2005 e 2004

MILHÕES DE KWANZAS	Angola 2005	Angola 2005	Brasil ⁽²⁾	Portugal ⁽²⁾	USA ⁽¹⁾	África do Sul ⁽³⁾
Dimensão, Crescimento						
Número de funcionários	2.925	2.189	--	--	--	--
Número de balcões	154	102	--	--	--	--
Crescimento de depósitos (%)	64,3%	--	--	--	--	--
Solidez e Liquidez						
Fundos próprios/activo total (%)	9,1%	10,8%	9,1%	6,3%	10,1%	7,1%
Crédito líquido a clientes sobre depósitos de clientes (%)	37,4%	41,2%	57,5%	82,5%	86,0%	114,0%
Depósitos a prazo sobre depósitos totais (%)	23,3%	26,4%				29,0%
Qualidade dos Activos						
Provisões gerais de crédito/crédito total (%)	3,9%	3,6%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%
Provisões específicas/crédito total (%)	2,5%	2,6%	6,0%	1,7%	1,5%	2,0%
Provisões de crédito/ crédito total (%)	6,4%	6,2%	6,0%	2,6%	1,5%	2,0%
Performance						
Rentabilidade dos fundos próprios médios (ROAE) (%)	42,5%	34,2%	15,9%	11,6%	13,6%	15,7%
Rentabilidade dos activos médios (ROAA) (%)	4,1%	3,8%	1,7%	0,7%	1,3%	1,1%
Receitas líquidas de juros / activos médios (%)	5,7%	6,4%	5,8%	1,9%	3,1%	2,7%
Margem complementar/ activos médios (%)	3,9%	7,3%	3,3%	1,9%	2,3%	3,0%
Produto bancário bruto / activos médios (%)	9,6%	13,7%	9,1%	3,8%	5,4%	5,7%
Productividade e Eficiência						
Custos de exploração/ produto bancário bruto (%)	40,1%	40,2%	69,7%	69,5%	59,4%	63,8%
Custos de exploração/ activos médios (%)	3,9%	5,5%	6,3%	2,6%	3,2%	3,6%
Produto bancário bruto por funcionário (000 AOA)	14.006	15.894	nd	nd	nd	nd

Fontes

Angola: Demonstrações financeiras publicadas dos bancos, Banco Nacional de Angola e questionários preenchidos pelos bancos

Outros Países: 1 - FDIC Financial Time Series Database; 2 - Bankscope Database; 3 - DF 5 maiores bancos 2003 - ABSA Standard, Nedcor, Investec, First Rand - 89,4% activos)

Indicadores dos bancos - 2005 e 2004

2005

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI	BCP	BESA	BFA	BIC	BPC	BTB	Keve	Novo Banco	Sol
DIMENSÃO, CRESCIMENTO												
Número de funcionários	556	130	488	38	169	779	232	1.366	160	66	68	254
Número de balcões	29	4	27	3	10	44	14	59	7	8	2	20
Crescimento de depósitos (%)	89%	14%	36%	15%	73%	40%	na	79%	15%	64%	238%	142%
QUOTA DE MERCADO												
Depósitos totais de clientes	22,2%	1,7%	6,1%	1,1%	8,2%	26,6%	5,1%	26,7%	3,7%	1,2%	0,1%	3,4%
Crédito sobre clientes	16,9%	1,9%	--	1,3%	6,7%	30,7%	4,6%	30,9%	3,2%	1,7%	0,3%	1,8%
SOLIDEZ E LIQUIDEZ												
Fundos próprios/activo total (%)	6,7%	13,7%	--	37,1%	10,1%	10,3%	2,7%	6,3%	20,9%	17,2%	61,2%	6,5%
Crédito líq. a clientes sobre dep. de clientes (%)	28,5%	42,8%	44,4%	42,3%	30,8%	43,2%	33,6%	43,2%	32,1%	54,1%	159,4%	19,7%
Depósitos a prazo sobre depósitos totais (%)	13,8%	7,9%	--	14,8%	42,2%	31,2%	21,2%	15,3%	18,8%	26,9%	15,4%	58,1%
QUALIDADE DOS ACTIVOS												
Provisões gerais de crédito/crédito total (%)	4,3%	5,2%	--	7,9%	2,1%	4,5%	2,1%	3,7%	2,1%	4,0%	3,9%	2,0%
Provisões específicas/crédito total (%)	5,0%	16,1%	--	2,7%	0,0%	0,9%	0,0%	2,4%	0,8%	9,0%	0,0%	2,7%
Provisões de crédito/ crédito total (%)	9,3%	21,3%	--	10,6%	2,1%	5,4%	2,1%	6,1%	2,9%	13,0%	3,9%	4,8%
PERFORMANCE												
Rent. dos fundos próprios médios (ROAE) (%)	31,9%	20,8%	--	37,1%	88,7%	52,8%	88,6%	42,5%	47,7%	34,3%	-5,1%	33,0%
Rent. dos activos médios (ROAA) (%)	2,5%	2,7%	--	13,8%	9,0%	5,3%	2,4%	2,8%	9,0%	5,5%	-3,7%	2,5%
Receitas líquidas de juros / activos médios (%)	4,3%	6,2%	--	12,7%	11,9%	6,9%	3,1%	3,8%	10,9%	10,2%	18,4%	4,0%
Margem complementar/ activos médios (%)	3,8%	4,8%	--	4,9%	4,7%	3,7%	4,0%	4,7%	3,9%	6,1%	1,9%	4,3%
Produto bancário bruto / activos médios (%)	8,0%	11,0%	--	17,6%	16,5%	10,6%	7,1%	8,6%	14,7%	16,3%	20,3%	8,3%
PRODUCTIVIDADE E EFICIÊNCIA												
Custos de exploração/ prod. bancário bruto (%)	43,1%	59,4%	--	17,1%	41,1%	27,0%	48,3%	56,7%	24,9%	43,9%	106,1%	67,2%
Custos de exploração/ activos médios (%)	3,5%	6,5%	--	3,0%	6,8%	2,9%	3,4%	4,9%	3,7%	7,1%	21,5%	5,6%
Prod. bancário bruto por funcionário (000 AOA)	12.648	11.484	--	34.659	29.953	15.036	5.261	6.628	18.295	15.675	1.672	3.520

2004

MILHÕES DE KWANZAS	BAI	BCA	BCI	BCP	BESA	BFA	BPC	BTB	Keve	Novo Banco	Sol
DIMENSÃO E CRESCIMENTO											
Número de funcionários	453	115	488	33	129	593	1.366	158	49	23	125
Número de balcões	22	4	27	1	6	32	53	8	8	1	12
QUOTA DE MERCADO											
Depósitos de clientes	18,7%	2,3%	7,1%	1,6%	7,6%	30,3%	23,8%	5,2%	1,1%	0,0%	2,2%
Crédito	21,1%	2,5%	8,5%	1,5%	3,6%	26,3%	29,5%	3,2%	2,2%	0,1%	1,4%
SOLIDEZ E LIQUIDEZ											
Fundos próprios/activo total (%)	9,4%	11,6%	16,1%	37,4%	10,2%	9,7%	7,1%	16,3%	13,8%	84,6%	10,4%
Cred. líquido a clientes sobre dep. de clientes (%)	46,6%	44,8%	49,5%	39,3%	19,6%	35,7%	51,1%	25,5%	79,9%	159,9%	26,1%
Depositos a prazo sobre depósitos totais (%)	18,2%	20,9%	3,6%	11,6%	52,7%	33,6%	24,7%	16,8%	26,6%	6,0%	38,1%
QUALIDADE DOS ACTIVOS											
Provisões de crédito/crédito total (%)	2,5%	5,3%	2,6%	5,3%	2,2%	4,8%	3,5%	2,8%	4,9%	2,9%	2,6%
Provisões específicas/crédito total (%)	3,5%	9,0%	2,8%	1,0%	0,0%	0,6%	3,1%	3,0%	6,7%	3,0%	3,7%
Provisões de crédito/ crédito total (%)	6,0%	14,3%	5,4%	6,4%	2,2%	5,3%	6,6%	5,8%	11,7%	5,9%	6,3%
PERFORMANCE											
Rent. fundos próprios médios (ROAE) (%)	28,2%	21,7%	11,1%	5,8%	74,3%	39,7%	38,3%	33,8%	33,4%	-1,1%	31,5%
Rentabilidade dos activos médios (ROAA) (%)	2,9%	2,8%	1,7%	2,0%	7,5%	3,7%	2,8%	5,4%	5,6%	-0,9%	3,3%
Receitas líquidas de juros / activos médios (%)	4,1%	4,5%	3,5%	11,2%	10,6%	5,2%	5,9%	8,9%	15,0%	19,0%	3,7%
Margem complementar/ activos médios (%)	5,0%	9,8%	4,8%	6,0%	7,6%	5,6%	8,8%	5,1%	11,9%	6,4%	8,3%
Produto bancário bruto / activos médios (%)	9,1%	14,3%	8,3%	17,3%	18,2%	10,9%	14,7%	14,1%	27,0%	25,4%	12,1%
PRODUCTIVIDADE E EFICIÊNCIA											
Custos de exploração/ produto bancário bruto (%)	42,0%	57,3%	88,6%	15,2%	35,2%	27,8%	42,0%	25,8%	34,8%	53,1%	57,4%
Custos de exploração/ activos médios (%)	3,8%	8,2%	7,4%	2,6%	6,4%	3,0%	6,2%	3,6%	9,4%	13,5%	6,9%
Produto bancário bruto por funcionário (000 AOA)	12.388	10.100	5.263	31.014	22.284	14.402	6.722	14.690	16.605	2.728	5.05

Novos Serviços Multicaixa



Consulta do IBAN da conta associada ao cartão

Emissão da 2ª via do talão

Transferências Bancárias



É possível realizar via ATM Multicaixa uma transferência bancária, da conta a que o cartão está associado para a conta do beneficiário, no valor pretendido e mediante a introdução do IBAN da conta destino.

O Caixa Automático permite-lhe a realização dessa transferência bancária, com emissão de um talão, comprovando a realização da operação.



A transferência é feita em Kz, ficando disponível no prazo máximo de 48 horas, dependendo da política do banco que domicilia a conta do beneficiário.



MULTICAIXA

Peça já o seu Multicaixa ao balcão do seu Banco.



Descubra a arte de
Bem Receber
em Luanda

Perto do Aeroporto Internacional de Luanda e no centro da cidade há agora dois novos locais de referência – o **Hotel Alvalade** e o **Hotel Trópico**! Dois novos e requintados hotéis, com uma equipa de profissionais pronta para o servir bem e com qualidade, para transformar a sua viagem de negócios ou de lazer num momento único de sucesso e bem-estar. Deixe-se envolver pela comodidade e pelo brilho das estrelas e sinta o conforto, a segurança e a diferença dos melhores hotéis da cidade de Luanda!



HOTEL ALVALADE



HOTEL TRÓPICO

Sobre a Deloitte

O padrão de excelência

A Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à oferta de serviços multidisciplinares de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em mais de 670 escritórios espalhados por 150 países. Com acesso a um capital intelectual de 135.000 pessoas no mundo, a Deloitte presta serviços em quatro áreas profissionais - Auditoria, Consultoria, Consultoria Financeira e Consultoria Fiscal.

O nosso compromisso visa a máxima qualidade na prestação de serviços aos seus clientes, na promoção e formação contínua dos seus profissionais, alcançando a excelência nos resultados.

Sobre a Deloitte Angola

Pensar globalmente agir localmente

Em Angola, a Deloitte conta com cerca de 70 profissionais experientes nas várias áreas de negócio, Auditoria, Consultoria, Outsourcing e Consultoria Fiscal. Com uma carteira de mais de 100 clientes a Deloitte orgulha-se de estar fortemente presente entre as 25 maiores empresas de Angola.

Constituída em 1997, como Empresa de Direito Angolano, para apoiar na implementação e gestão das empresas neste País, a nossa missão é desde o início sermos inequivocamente respeitados pela comunidade, sermos a primeira escolha dos mais pretendidos talentos do mundo, motivados pela nossa reputação, cultura e diversidade, a primeira escolha dos mais solicitados clientes, atraídos pela amplitude e profundidade do serviço em tudo o que fazemos. Pretendemos atingir este objectivo continuando o caminho que temos vindo a seguir e que nos tem permitido atingir as maiores taxas de crescimento a nível do Grupo em África.

A empresa está organizada por sectores de actividade (*Industry Business Units*), nas quais se congregam diversas áreas de negócio (*Solution Segments*):

Solution Segments		Industry Business Units	% of global 500®
Audit	Multidisciplinary services	Aviation & Transport Services	74%
		Consumer Business	77%
Tax		Energy & Resources	66%
		Financial Services	74%
Consulting		Life Sciences and Health Care	75%
		Manufacturing	87%
Financial Advisory		Public Sector	N/A
		Technology, Media & Telecom	82%

*A última coluna representa a presença da Deloitte nas 500 maiores empresas a nível global, de acordo com a listagem de 2005 da publicação Fortune 500®.

Sobre a ABANC

A Associação Angolana de Bancos (ABANC) foi criada em Dezembro de 1998 com o objectivo de defender os interesses dos seus associados, os bancos com sede ou sucursal em Angola, e tem o estatuto de instituição não-governamental sem fins lucrativos.

Os seus órgãos sociais são os seguintes (Outubro 2006)

Direcção

BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A.R.L.	Presidente
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.R.L.	Vice-Presidente
BAI	Banco Africano de Investimentos, S.A.R.L.	Vogal
BESA	Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.	Vogal Suplente

Assembleia-Geral

BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.R.L.	Presidente
Keve	Banco Regional do Keve, S.A.R.L.	Secretário
Sol	Banco Sol, S.A.R.L.	Secretário

Conselho Fiscal

BTA	Banco Totta de Angola, S.A.R.L.	Presidente
BCP	Banco Comercial Português, S.A.R.L.	Vogal
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.R.L.	Vogal

Conselho de Disciplina

Sebastião Bastos Labrador	Presidente
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares	Substituto do Presidente
Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho	Membro

Contactos

Secretário Geral: Roberto José Fernandes
ABANC - Associação Angolana de Bancos
Rua Dr. Alfredo Troni, nº 79 - 15º andar do BPC • Caixa Postal nº 1847 • Luanda • Angola
Telefax: (+244) 222 3999 474 • abanc.angola@netangola.com